



Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento (ICPD)
Pós-Graduação Lato Sensu em Revisão de Texto - Gramática, Linguagem e a
Construção/Reconstrução do Significado

RAYSA SALES DA COSTA

A REVISÃO DE TEXTO TRADUZIDO
A importância do papel do tradutor e do revisor para a fluência do texto
traduzido

Brasília
2012

RAYSA SALES DA COSTA

A REVISÃO DE TEXTO TRADUZIDO

**A importância do papel do tradutor e do revisor para a fluência do texto
traduzido**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para
a obtenção de Certificado de Conclusão do Curso
de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Revisão
de Texto.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Patrícia
Vieira Nunes Gomes.

**Brasília
2012**

RAYSA SALES DA COSTA

A REVISÃO DE TEXTO TRADUZIDO

**A importância do papel do tradutor e do revisor para a fluência do texto
traduzido**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de
Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para
a obtenção de Certificado de Conclusão do Curso
de Pós-graduação *Lato Sensu*, na área de Revisão
de Texto.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Patrícia
Vieira Nunes Gomes.

Brasília, ____ de _____ de ____.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo estabelecer uma relação entre os processos de tradução e revisão a partir da análise de um texto de Economia traduzido do inglês para o português e publicado em um *blog* especializado. Participaram deste estudo três revisores, que revisaram somente o texto de chegada, e três tradutores, que fizeram o cotejamento entre texto de partida e texto de chegada. Com base nos teóricos da Linguística e dos Estudos da Tradução, foi possível verificar se o texto traduzido estava adequado às estruturas da Língua Portuguesa e se seguia as especificidades do discurso econômico. Além disso, foram aplicados questionários aos revisores e aos tradutores a fim de traçar o perfil desses profissionais e identificar os aspectos linguísticos mais priorizados. Por fim, levando-se em consideração as sugestões de revisão, foi proposta uma versão final do texto traduzido. Como resultado, constatou-se que a revisão, principalmente quanto aos aspectos pragmáticos, é de suma importância para o processo tradutório e que os principais fatores que influenciam as práticas de tradução e revisão são a formação acadêmica e o tempo de experiência na área.

Palavras-chave: Tradução. Revisão. *Blog*. Discurso econômico. Texto traduzido.

ABSTRACT

This study aimed at establishing a relation between translation and proofreading by using an economics text translated from English into Portuguese and published on a specialized blog. This study counted on the participation of three proofreaders, who revised only the target text, and three translators, who compared source text to target text. Based on Linguistics and Translation Studies, it was possible to verify whether the translated text was in accordance with Portuguese structures and consistent with the specificities of economics discourse. Moreover, the proofreaders and translators were submitted to a questionnaire so that their profiles could be built up and in order to identify which linguistic aspects were given priority. Finally, based on proofreading suggestions, a final version of the translated text was presented. As a result, it was observed that proofreading, especially when it comes to pragmatic aspects, is very important to translation, and the main factors influencing translation and proofreading practices are academic formation and experience in the area.

Key words: Translation. Proofreading. Blog. Economics discourse. Translated text.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	8
1.1 Norma linguística e linguagem de especialidade	8
1.2 O revisor de textos	10
1.3 Autoria e tradução.....	11
1.4 Tradução: conceito e classificações	13
1.5 A equivalência na tradução	14
1.6 A tradução de textos técnicos	16
2 METODOLOGIA.....	19
2.1 A escolha dos revisores e dos revisores-tradutores.....	19
2.2 O texto traduzido e o perfil dos tradutores	20
2.3 O <i>blog</i>	21
3 ANÁLISE DE DADOS.....	24
3.1 A revisão do texto traduzido.....	24
3.1.1 Parte I - Linguagem confusa, pensamento confuso.....	25
3.1.2 Parte II - Eufemismos na esteira da crise de crédito	30
3.1.3 Parte III - Linguagem confusa, resultados não desejados	35
3.1.4 Parte IV – Notas	40
3.2 O perfil dos revisores e dos revisores-tradutores	43
3.3 A reescritura textual.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXO A – Texto original.....	59
ANEXO B – Texto traduzido.....	64
ANEXO C – Revisões - Revisor 1.....	68
ANEXO D – Revisões - Revisor 2.....	73
ANEXO E – Revisões - Revisor 3.....	79
ANEXO F – Revisões - Revisor-Tradutor 1.....	83
ANEXO G – Revisões - Revisor-Tradutor 2	87
ANEXO H – Revisões - Revisor-Tradutor 3	91
ANEXO I – Questionários	95
ANEXO J – Gráficos	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estabelecer uma relação entre os processos de tradução e revisão a partir da análise de um texto econômico traduzido do inglês para o português pelo economista Marcelo Aguiar Cerri e por mim. A proposta principal consistiu em submeter esse texto traduzido a três revisores de Língua Portuguesa, que revisaram somente o texto de chegada em português, e a três tradutores de Língua Inglesa, que revisaram o texto de chegada por meio de sua comparação com o texto de partida. A partir dessas revisões e com a fundamentação teórica da Linguística e dos Estudos de Tradução, propõe-se uma análise para identificar quais aspectos (pragmáticos, semânticos, morfossintáticos, discursivos etc.) foram priorizados pelos revisores e revisores-tradutores. Além disso, por meio de questionários, também será possível traçar o perfil dos profissionais envolvidos neste estudo. Por fim, com base nas sugestões e correções dos revisores e revisores-tradutores, será proposta uma versão final do texto traduzido.

A escolha do tema reflete meu interesse pela tradução e pela revisão – minhas áreas de formação – e também se deve à grande importância desses processos linguísticos para o mundo atual. No que diz respeito aos textos traduzidos, a tradução serve para aproximar realidades diferentes, estabelecer a comunicação entre povos, divulgar textos e conceitos desenvolvidos por outras culturas e contribuir para a ampliação do conhecimento, enquanto a revisão tenta adequar o texto à língua de chegada, tornando-o o mais fluente e natural possível para os leitores. Revisão, de acordo com o *Dicionário Eletrônico Houaiss*, significa uma nova leitura, mais minuciosa, de um texto. A revisão consiste não apenas em corrigir a pontuação e as inadequações ortográficas e gramaticais, mas principalmente em verificar se há coerência e coesão entre as ideias do texto e se ele atende aos objetivos comunicacionais. A tradução, por sua vez, significa verter um texto de uma língua para outra,

buscando garantir que o significado dos dois textos seja aproximadamente o mesmo, respeitando-se as estruturas da língua de partida e da língua de chegada.

Diante disso, as seguintes questões podem ser suscitadas neste trabalho: os tradutores do texto econômico levaram em consideração as particularidades do discurso especializado da língua de chegada ou ficaram muito presos ao texto de partida? Os tradutores conseguiram produzir algo natural e fluente na Língua Portuguesa? Os revisores e revisores-tradutores foram capazes de corrigir os desvios ou imperfeições que passaram despercebidos pelos tradutores? O trabalho de revisão serviu para aprimorar a tradução? Será que o texto realmente atingiu o público-alvo? Enfim, pode o próprio tradutor do texto original atuar como revisor ou é necessário o trabalho de outros revisores?

Dessa forma, este trabalho será estruturado em três capítulos. O capítulo 1 tratará dos pressupostos teóricos, mais especificamente sobre norma linguística e linguagem de especialidade; sobre conceitos como autoria, revisão e tradução; sobre equivalência na tradução e tradução de textos técnicos. O capítulo 2 abordará a metodologia utilizada neste estudo: o processo de seleção dos revisores e revisores-tradutores, as informações acerca do texto traduzido, a apresentação do *blog* de Economia no qual o texto foi publicado e as considerações teóricas sobre *blog*. No capítulo 3, será feita a análise dos dados provenientes das revisões, será elaborado o perfil dos revisores e dos revisores-tradutores a partir dos questionários aplicados e será apresentada uma última versão do texto econômico traduzido.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Norma linguística e linguagem de especialidade

A norma linguística – ou norma culta, como normalmente é denominada – possui duas acepções: um conjunto de regras que prescrevem como determinada língua deve ser usada (caráter normativo) e o uso corrente que se faz dessa língua (caráter normal). Segundo Bagno (2001), a primeira acepção é a tradicional, a do senso comum, que estabelece critérios e juízos de valor dicotômicos (como “certo” e “errado”, “bonito” e “feio”) e geralmente está associada à língua escrita empregada na Literatura; o segundo sentido, por sua vez, refere-se à prática social, à fala dos estratos mais favorecidos da sociedade.

Para alguns gramáticos e puristas da língua, a norma culta deve ser tratada como norma padrão. “Padrão” visa à uniformização de formas e de usos, mas é uma medida abstrata de avaliação dos usos linguísticos dos falantes, é um modelo de língua idealizado, imposto pela gramática normativa, mas que, na verdade, não existe. É necessário, portanto, considerar a norma culta a partir de variedades cultas, já que, na Sociolinguística, “variedade” implica uso concreto e efetivo da língua por parte dos falantes. As variedades linguísticas representam uma das modalidades nas quais a língua se apresenta – tais como os jargões, a linguagem técnica de um grupo de profissionais, as gírias etc. – e não há uma variedade melhor ou mais “bonita” do que outra, pois todas são igualmente organizadas e servem às necessidades comunicativas dos grupos que as usam.

A linguagem de especialidade, além de ser um tipo de variedade linguística, também é considerada um discurso funcional e um subsistema do sistema total da língua, uma vez que a língua é formada por um conjunto de subsistemas interdependentes (GIL, 2003). As

linguagens de especialidade utilizam os recursos lexicais da língua comum, mas lhes atribuem significados específicos, constituindo assim os vocabulários técnicos, que compreendem não só termos e nomenclaturas, mas também conceitos e combinações próprias de um domínio especializado.

Costuma-se pensar que a liberdade na utilização das palavras é absoluta, que se podem empregar as palavras da língua como convier. No entanto, há restrições e a possibilidade de escolha existe até o momento em que se faz uma escolha, ou seja, quando se opta por determinada palavra, esta, de certa forma, se impõe à outra. Entre línguas diferentes é mais fácil visualizar essas restrições, pois o que se diz de uma forma num idioma não se diz necessariamente da mesma maneira em outro. No domínio das linguagens de especialidade, também se verificam essas restrições nas possibilidades de combinação dos termos técnicos, por exemplo. Como afirma Clas (1994), cada língua possui suas próprias *formules langagières* (fórmulas de linguagem), que correspondem ao que geralmente denomina-se “co-ocorrência”, “colocação” ou “fraseologia”. Trata-se de fenômeno linguístico que permite que palavras se associem e se tornem semanticamente compatíveis em um discurso. Essa afinidade entre as palavras pode descartar outras combinações e restringir o número de sentidos possíveis, pois cada lexema contém a sua classe de palavras, as especificações semânticas de uso e as diretrizes para sua combinatória e variabilidade.

No processo tradutório, quando da escolha dos termos mais adequados em determinada linguagem de especialidade, faz-se necessário também levar em conta a questão da fluência do texto traduzido. Segundo Pessoa (2009), na cultura literária brasileira, um texto fluente representa a excelência do profissional de tradução, visto que a fluência em uma obra traduzida leva o leitor a crer que ele está lendo o texto original. Embora alguns teóricos importantes, como Venuti (2002), defendam a estratégia da resistência, por meio da qual se deixa no texto traduzido a marca do estrangeiro a fim de que o tradutor se torne visível,

outros, ao contrário, afirmam que é justamente a transparência no texto traduzido que permite uma boa tradução e o torna mais aceitável pelo público-alvo. Pode-se dizer que a fluência na tradução ocorre quando o texto não apresenta sintaxe ambígua, possui uma leitura sem interrupções ou quebras, soa claro, adequado e natural na cultura de chegada sem, no entanto, desrespeitar o estilo do autor e as marcas da cultura estrangeira.

Assim sendo, enquanto o trabalho do revisor de textos está diretamente ligado ao pretense domínio da norma de uma língua – que o legitima como profissional, uma vez que cabe a ele a normalização de textos – o papel do tradutor está mais voltado à linguagem de especialidade e a ideias importantes como fluência, adequação e aceitabilidade do texto traduzido.

1.2 O revisor de textos

Antigamente, as pessoas contratadas para revisar textos eram os clérigos, os licenciados e os professores de línguas, pois os editores e os impressores achavam que suas publicações ficariam mais “corretas” se fossem corrigidas por aqueles profissionais. No século XX, surgiram as profissões voltadas para a Comunicação Social e os comunicólogos passaram a desempenhar o papel de revisores com maior frequência, visto que sua formação prioriza os aspectos de produção gráfico-editorial, e, na formação dos professores de línguas, predominam os aspectos pedagógicos e linguísticos.

Existem três tipos de correção: a do tipo resolutivo, quando o revisor soluciona os problemas que encontra no texto; a do tipo indicativo, quando apenas aponta os problemas identificados; e a do tipo classificatório, quando utiliza a metalinguagem para mostrar os problemas. Há mais uma classificação relevante: a revisão interativa, que ocorre quando o

revisor dialoga com o autor, dá sugestões e discute determinados aspectos do texto (RIBEIRO, A., 2009).

O revisor não pode se limitar apenas à correção de textos, deve, pois, realizar um trabalho de interpretação, visto que atua como intermediário de uma comunicação eficiente entre o autor e o leitor. O revisor é o primeiro leitor do texto e, por isso, é ele quem pode verificar se o discurso do autor realmente produziu o efeito de sentido esperado. Portanto, do revisor de Língua Portuguesa exige-se:

[...] ótimo conhecimento de português, mergulhos sérios em gramáticas normativas, leitura de jornais e revistas, para manter-se informado, atualização sobre mudanças em gramáticas e outros manuais, atenção, senso crítico, mas nada de se meter a autor, reescrevendo furiosamente laudas e mais laudas só para mostrar ao editor que o revisor é competente. (RIBEIRO, 2007, p. 10).

No que concerne à tradução, sabe-se que o mercado de trabalho dessa área visa à rapidez e à economia de custos. Dessa forma, é cada vez mais frequente que o próprio tradutor realize a revisão. Isso, no entanto, pode comprometer a qualidade do produto final de uma obra, uma vez que se torna mais difícil para o indivíduo detectar os próprios erros após passar muito tempo concentrado naquilo que escreveu ou traduziu. Muitas vezes, os erros passam despercebidos e faz-se necessário submeter o texto ao olhar acurado de um revisor, que primará pela “perfeição” do escrito, já que ele tem em mente que um texto bem escrito desperta no leitor o interesse e inspira-lhe confiança e credibilidade.

1.3 Autoria e tradução

A noção de autor surgiu somente na Idade Média. Até esse período, os textos estavam em constante processo de criação e não havia a preocupação com a finalização das obras, que circulavam sem levar em conta a questão da autoria. Foi a partir das ideias de

movimentos como o Racionalismo francês, o Empirismo inglês, o Humanismo e a Reforma Protestante, refletidas na literatura, que se passou a dar maior importância à figura do autor e a valorizar o indivíduo nas produções artísticas e intelectuais. No século XV, com a invenção da imprensa, o autor deixou de ser anônimo e começou a assinar suas obras com um nome por meio do qual se tornaria reconhecido. Entre o final do século XVIII e o início do século XIX, estabeleceram-se o regime de propriedade dos textos e as regras sobre direitos autorais e de reprodução (CAVALHEIRO, 2008). O autor, como “proprietário” de seu texto, ficaria, portanto, sujeito às punições das leis caso transgredisse, em seus discursos, as estruturas da sociedade da época.

Com relação ao tradutor, este era visto como um autor durante o Renascimento, época em que se primava pela produção literária, bem como pelo seu efeito estético na língua de chegada, e ao tradutor era permitido intervir na escritura do texto traduzido. Durante o período do Romantismo, com a valorização da autoria, o papel da tradução foi redefinido, visto que o tradutor assumiu uma postura de subserviência em relação ao autor. Os teóricos defendiam a busca pela equivalência à intenção e ao estilo do autor e pela fidelidade ao texto de partida, o qual era considerado como um texto único, não passível de reprodução, ao passo que o texto traduzido representava o resultado de uma mera atividade mecânica. A partir dos anos 1960, esses paradigmas foram repensados a fim de promover o reconhecimento do caráter autoral da atividade tradutória e da identidade e autoridade do tradutor. Foi nesse momento, portanto, que ganharam destaque, no meio acadêmico, as dicotomias autor x tradutor, original x tradução, tradução fiel x tradução livre, temas que até hoje geram muitos debates no âmbito dos Estudos da Tradução (FREITAS, 2008).

Apesar das mudanças de paradigmas ao longo dos anos, a tradução, com frequência, ainda é considerada uma atividade subalterna à criação, que pensa demais em si mesma ou no leitor, mas que nunca pensa o suficiente no autor (COMELLAS, 2009).

Normalmente, define-se a autoria como originalidade, como autoexpressão em um único texto, ao passo que a tradução não é tida como auto-expressão nem texto único, não é livre, mas governada pelo objetivo da imitação e sujeita ao receio do erro, da inautenticidade e da distorção do texto original. No entanto, segundo Venuti (2002), a tradução pode sim ser considerada uma forma de autoria, mas uma autoria redefinida como derivada, não auto-originária. Além disso, é importante ressaltar que não há que se falar em hierarquia ou subordinação entre as diferentes formas de reescrita (tradução, revisão, edição etc.), haja vista que elas são processos de responsabilidade individual que, assim como a autoria, também interferem na criação.

1.4 Tradução: conceito e classificações

A tradução é uma operação fundamental da linguagem que se amplia e se diversifica cada vez mais devido ao contato com as mais diversas línguas e culturas “nesse momento da democratização das viagens e do acesso às novas tecnologias” (OUSTINOFF, 2011, p. 7). Segundo Bassnett (2003), normalmente, entende-se a tradução como a transferência de um texto originalmente escrito numa língua de partida (LP) para uma língua de chegada (LC) de forma que o significado dos dois textos seja aproximadamente o mesmo e que as estruturas da LP sejam preservadas sem distorcer as estruturas da LC. Em outras palavras, pode-se também conceituar a tradução como a substituição do material textual de uma língua por material textual equivalente em outra língua (CATFORD, 1980) ou, ainda, a tentativa de produção de um texto tão transparente que nem mesmo pareça ter sido traduzido (OUSTINOFF, 2011).

Nesse contexto, ressaltam-se as classificações propostas por Jakobson (1959) e Dryden. Para o primeiro teórico, há três tipos de tradução: tradução intralingual ou reformulação, que consiste na interpretação dos signos linguísticos por meio de outros signos da mesma língua; tradução interlingual ou tradução propriamente dita, que ocorre de uma língua para outra; e tradução intersemiótica, que significa interpretar signos linguísticos por meio de sistemas de signos não linguísticos, como por exemplo, quando se adapta uma obra literária ao universo da dança, da música ou do cinema. Sob outra perspectiva, Dryden (1978 apud OUSTINOFF, 2011) também distingue a tradução de três formas, a saber: a tradução literal (metáfrase), a tradução propriamente dita e a imitação (paráfrase).

Falar em tradução implica, inevitavelmente, falar em conceitos como fidelidade e equivalência. A fidelidade – um conceito relativo e ilusório, já que o tradutor ou é fiel ao texto de partida ou é fiel ao texto de chegada, nunca aos dois simultaneamente – começou a ser questionada na Europa do século XVII, quando as traduções passaram a ser chamadas de *les belles infidèles* (as belas infiéis). Isso se devia ao fato de que as traduções daquela época se prendiam ao conteúdo em detrimento da forma do texto original e porque se acreditava que, assim como as mulheres, se as traduções fossem fiéis, não seriam belas e se fossem belas, não seriam fiéis. Tendo em vista que a fidelidade no processo tradutório nem sempre é vista com bons olhos pelos teóricos dos Estudos da Tradução, destaca-se que o conceito que contribuirá para a fundamentação teórica deste trabalho será o conceito de equivalência.

1.5 A equivalência na tradução

A equivalência entre o texto traduzido e o original, objeto de grande interesse para os estudiosos da Tradução, possui muitas abordagens. Existem, basicamente, dois tipos de

equivalência: a equivalência formal e a equivalência dinâmica. A primeira consiste em verter mecanicamente a forma do original, ao passo que a segunda transforma o texto de partida para produzir o mesmo efeito na língua de chegada (NIDA, 1964).

No que diz respeito à equivalência na tradução, é preciso que sejam levados em conta fatores como a função do texto de partida e, principalmente, a do texto de chegada, bem como os universos culturais e linguísticos envolvidos. Além disso, deve ocorrer uma acomodação às regras da cultura de chegada e às normas discursivas e textuais aceitas pelo grupo a que o texto se destina. Como afirma Azenha, “falar de equivalência em tradução, inclusive em tradução técnica, implica falar também em acomodação a um outro espaço linguístico-cultural, um outro universo de valores” (AZENHA, 1999 apud OLIVEIRA, 2007, p. 112).

No entanto, a noção de equivalência é bastante contestada pelas vertentes desconstrucionista e funcionalista dos Estudos da Tradução. Fujihara (2009) ressalta que não se pode falar em equivalência, primeiramente, porque não é possível estabelecer a relação de um para um entre texto original e texto traduzido – visto que a tradução pode assumir várias formas, dependendo da intenção e dos objetivos do tradutor – e porque não há como duas palavras em línguas diferentes significarem exatamente a mesma coisa. Embora seja bastante controversa essa questão, Hermans chama a atenção para a necessidade, ainda que ilusória, da equivalência:

Todos sabemos que uma tradução não pode coincidir com seu texto-fonte. Ela contém palavras diferentes, significados diferentes. Não é somente a língua que muda com a tradução, é também o enunciado, a intenção, o momento, a função, o contexto. A intervenção do tradutor não pode ser apagada sem que seja apagada a própria tradução. Esta é necessariamente híbrida, marcada, opaca, diferente. A crença na equivalência é uma ilusão – talvez uma ilusão necessária em termos pragmáticos e sociais, mas ainda assim uma ilusão. (HERMANS, 1999 apud OLIVEIRA, 2007, p. 104)

Como afirma Oliveira (2007), a equivalência não é o objetivo da tradução. É, na verdade, “uma ficção interpretativa que ajuda o tradutor a alcançar o verdadeiro objetivo da tradução, um texto que funcione na LM [língua meta]” (ROBINSON, 1991 apud OLIVEIRA, 2007, p. 111). A equivalência dá aos tradutores certa segurança e conforto de pensar na existência de uma relação perceptível entre texto de partida e texto de chegada. Para alguns autores, essa relação ou ligação entre os textos e as línguas envolvidas existe, de fato, e pode também ser denominada simetria, adequação ou aceitabilidade.

No intuito de propor uma solução para o problema da equivalência na tradução, BASSNETT (2003), embasada em teóricos da Tradução, afirma que a equivalência tradutória tem de ser considerada uma categoria semiótica, com as componentes sintática, semântica e pragmática, de forma que exista uma relação hierárquica entre elas na qual a equivalência semântica tenha prioridade sobre a equivalência sintática e a equivalência pragmática condicione e modifique as outras duas. Portanto, no processo de tradução, “a equivalência não deve ser entendida como uma busca da identidade entre textos, pois essa identidade nem sequer existe entre duas versões do mesmo texto na língua de chegada quanto mais entre a versão da LP e a da LC.” (BASSNETT, 2003, p. 60). Tendo em vista que, num mesmo texto, pode haver a necessidade de ajustes ou adaptações tanto no sentido, quanto nos aspectos gramaticais e na própria construção do discurso, é nessa perspectiva – das equivalências semântica, sintática e pragmática – que serão analisados os dados coletados a partir das análises das revisões.

1.6 A tradução de textos técnicos

No Brasil, a demanda pela tradução técnica intensificou-se a partir da década de 1990, devido à criação do MERCOSUL, à participação do Brasil em organismos internacionais, ao aumento das importações, principalmente de produtos tecnológicos, à privatização de empresas e à instalação de multinacionais no país, aos desenvolvimentos e descobertas nos campos da Engenharia, Medicina, Agronomia, Economia, Informática, dentre outros, ao aumento de publicações na área acadêmica e no âmbito dos negócios, etc.

Segundo Barreto Luiz (2003), a tradução dos mais recentes textos técnico-científicos contribui para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no Brasil. Diante da enorme quantidade de artigos e periódicos publicados em outros idiomas que relatam descobertas e avanços em determinadas áreas do conhecimento, faz-se necessário propiciar o acesso dos profissionais a essas informações por meio da tradução ou adaptação de textos para o português. Mesmo que a pessoa saiba outros idiomas, a leitura de um texto em sua própria língua certamente facilita e acelera a compreensão daquilo que está sendo lido.

Nesse contexto, ganham destaque a figura do tradutor – que, no processo tradutório, deve estar ciente de que a língua é parte integrante da cultura e que, por isso, os textos técnicos também estão expostos a variantes culturais, estilísticas, lexicais, sintáticas e àquelas inerentes à própria área técnica – e a figura do revisor, que deve se certificar de que o texto em português realmente esteja inteligível e em conformidade com as especificidades da área do conhecimento.

É importante salientar que dentre as características estilísticas do texto técnico estão: a objetividade e a clareza; o uso de asserções, de frases e parágrafos curtos; a ausência de ambiguidades; o pouco uso de adjetivações valorativas; o emprego de voz passiva e de auxiliares modais; a presença de dados estatísticos; as nominalizações; e, é claro, a terminologia da área de especialidade (POLCHLOPEK; AIO, 2009).

Apesar de haver diversos tipos de tradução (técnica, científica, jurídica, literária, econômica, jornalística etc.), a tendência atual do mercado de Tradução é considerar apenas dois grandes grupos de tradução: a tradução técnica e a tradução literária. A tradução de textos econômicos é, portanto, um tipo de tradução técnica e, como toda atividade humana, requer certo grau de especialização, de conhecimento. Por isso, faz-se necessário que o tradutor tenha conhecimento tanto no plano temático (elementos constitutivos, conteúdo técnico) quanto no plano pragmático (condições e ambiente de comunicação, discurso técnico) (MARQUANT, 2005).

Nos Estudos da Tradução, costuma-se classificar os textos em literários e não literários. Conforme propõe Deslile (1984 apud OUSTINOFF, 2011), os textos não literários, tais como os textos científicos, técnicos, econômicos, jornalísticos e os documentos oficiais, são considerados textos pragmáticos. Dessa forma, surge outra dicotomia: textos literários *versus* textos pragmáticos, a classificação mais aceita pelos teóricos e tradutores atualmente. Traduzir um texto literário e traduzir um texto pragmático envolve a mesma operação, o que difere é a função. No primeiro caso, prioriza-se a intenção estética; no segundo, predomina a intenção informativa ou comunicativa, que requer clareza, rigor de expressão e respeito às regras de redação.

Ademais, no mundo globalizado atual, predomina a multidisciplinaridade, na qual os gêneros textuais se misturam. Um texto econômico, por exemplo, pode conter excertos de textos literários e jurídicos. Portanto, é importante ressaltar que, além do domínio do campo de especialização, de sua terminologia e das línguas em questão, o tradutor de textos técnicos ou pragmáticos também deve ter conhecimento de cultura geral. Outros aspectos que precisam ser considerados são o tempo, que nem sempre é uma variante que o tradutor tem a seu favor, e a pesquisa, visto que o tradutor precisa assumir uma atitude de investigação na busca pelo termo que melhor represente as nuances do texto.

2 METODOLOGIA

2.1 A escolha dos revisores e dos revisores-tradutores

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em propor a três profissionais de revisão em Língua Portuguesa e a três tradutores que revisassem um texto de Economia traduzido do Inglês para o Português e, em seguida, respondessem a um questionário sobre suas áreas de formação, idade, tempo de atuação na área, local de trabalho e aspectos que costumam priorizar na revisão ou tradução.

Primeiramente, fiz contato, por *e-mail*, com um revisor e três tradutores cujos trabalhos eu já conhecia. Os outros dois revisores me foram indicados pelo primeiro revisor. Expliquei a esses profissionais todo o contexto e os objetivos dessa pesquisa: informei que se tratava de um trabalho acadêmico e que eles fariam a revisão de um texto traduzido do inglês para ser publicado na internet (em *blog* e *site*); pedi que os revisores de Língua Portuguesa não lessem o texto em inglês para que não ficassem influenciados por ele caso soubessem o idioma estrangeiro, pois somente aos tradutores caberia o cotejamento dos textos nas duas línguas; comuniquei que, por ser um texto voltado para economistas, era importante que eles verificassem se a linguagem e os termos empregados estavam de acordo com as especificidades da área; e dei a eles um prazo de mais ou menos 10 dias para a entrega das revisões. Além disso, também pedi que fossem bastante críticos e que ativassem a ferramenta de comentários ou a de controle de alterações do *Word* para explicar as sugestões ou alterações propostas no texto traduzido. Desta forma, recebi de volta 5 arquivos em formato *Word* com observações feitas à margem direita do texto e 1 arquivo, também em formato *Word*, com alterações destacadas em vermelho.

2.2 O texto traduzido e o perfil dos tradutores

O texto selecionado para a revisão consiste em um artigo de Economia publicado originalmente em inglês: *The many euphemisms for money creation*, no *site* do Instituto Ludwig von Mises, que foi traduzido pelo economista Marcelo Aguiar Cerri e por mim no intuito de ser postado no *blog* do Grupo de Estudos da Escola Austríaca de Economia de Brasília e também no *site* do Instituto Ludwig von Mises Brasil.

O Grupo de Estudos da Escola Austríaca de Economia de Brasília possui 34 membros que compartilham o interesse pela Escola Austríaca de Economia. Esta foi inicialmente sistematizada no século XV por meio dos padres seguidores de São Tomás de Aquino que lecionavam na Universidade de Salamanca. A escola se chama austríaca porque seus maiores expoentes foram os austríacos Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Frederick August von Hayek. Atualmente, a maior parte de seus colaboradores é de nacionalidade americana, mas, no Brasil, a escola também começa a ganhar apoio e expressividade. Seus economistas são os mais liberais de todos. Conhecidos como anarco-capitalistas ou libertários, defendem a não intervenção do Estado na Economia, pois, para eles, o Estado é sempre um mal para a sociedade. O *blog* do Grupo de Estudos da Escola Austríaca de Economia de Brasília atua, portanto, na divulgação de artigos e livros de relevância para a Escola Austríaca. O *site* do Instituto Mises Brasil (IMB), por sua vez, tem por missão difundir o pensamento dos grandes economistas que seguiram a tradição da Escola Austríaca a fim de promover o debate acerca do assunto, visando a uma sociedade livre e a uma economia de livre mercado.

É importante salientar que, durante o processo tradutório, procurei dar mais atenção às questões da língua e ao aspecto da equivalência na tradução, e o economista Marcelo deu mais ênfase à terminologia, ao discurso econômico e à ideologia defendida no

texto original. Marcelo é graduado em Economia, pela Universidade de São Paulo (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP - USP), desde o ano de 2004, e em Filosofia, pela Pontificia Università Gregoriana (Roma, Itália), desde 2009. Sua experiência com a Língua Inglesa deve-se ao fato de ter morado e estudado nos Estados Unidos em 1999. Já realizou algumas traduções *freelance* na área de Economia e atualmente trabalha como economista em um órgão público.

Quanto à minha formação acadêmica, sou formada em Letras-Tradução, com habilitações em Inglês e Francês, pela Universidade de Brasília (UnB), desde 2009. Durante a graduação, além das traduções *freelance* que realizei nas áreas de Informática, Direito, Enfermagem e Biologia, também fiz estágio no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), onde traduzia documentos e cartas oficiais, materiais publicitários e cronogramas de eventos em três idiomas (inglês, espanhol e francês). Como a revisão é uma grande aliada da tradução, decidi complementar minha formação com o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Textos. Atualmente, sou servidora pública e executo outras atividades em meu ambiente de trabalho, mas, eventualmente, continuo atuando como tradutora e revisora *freelancer*.

2.3 O blog

O *blog* é uma espécie de diário virtual no qual os usuários publicam textos, sentimentos, ideias e interagem com outros internautas. *Blog* é uma palavra Inglesa que provém de *weblog*: *web*, que designa a rede mundial de computadores, a internet, e *log*, que significa diário de bordo. Surgiu a partir do *software* Blogger, de uma empresa norte-americana, no ano de 1999, como uma ferramenta para publicação de textos *on-line* que

dispensava conhecimento especializado em computação. Aliás, uma das principais características do *blog* é justamente a facilidade de edição, atualização e manutenção dos textos na internet.

O conteúdo do *blog* depende da intenção do autor. Para alguns, é uma forma de diversão e comunicação; para outros, representa um instrumento de trabalho. Pode ter um caráter mais intimista, quando exprime sentimentos e relata acontecimentos vividos no dia a dia, ou um caráter mais formal, quando é feito individual ou coletivamente para discutir e veicular teorias, pesquisas, assuntos profissionais etc. Além de textos, o *blog* também pode apresentar outros recursos, tais como figuras, fotos, *links* e músicas.

O *blog*, geralmente considerado um gênero do discurso digital, pode ser tratado como um hipertexto, ou seja, “uma forma híbrida, dinâmica e flexível de linguagem que dialoga com outras interfaces semióticas, adiciona e condiciona à sua superfície formas outras de textualidade” (MARCUSCHI; XAVIER, 2004).

Para Bakhtin (1987, p. 277), “qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso”. O enunciado reflete as condições e as finalidades das esferas da atividade humana por meio de três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Sabe-se que a atividade humana é diversificada e cada esfera dessa atividade abrange um conjunto de gêneros do discurso que vão se modificando e se ampliando à medida que a esfera se desenvolve e se torna mais complexa. Portanto, há uma infinidade de gêneros.

A imensa diversidade de gêneros forma a língua e, sabemos que, gêneros não são entidades fixas, que permanecem estáticos, independentemente do tempo e das mudanças ocorridas na sociedade. Sabemos que, ao contrário de serem estáticos, há gêneros que desaparecem e outros que nascem dependendo das necessidades dos falantes que os utilizam. (SADOYAMA, 2009: 14).

Entretanto, para alguns autores, o *blog* não representa um gênero, uma vez que gênero é um conjunto de enunciados marcados pelo mesmo objetivo comunicativo. Na análise dos gêneros textuais praticados na internet, deve-se considerar não só o ambiente de comunicação, mas também as pessoas envolvidas e suas intenções no momento da produção textual. Num mesmo *blog* pode haver vários tipos de textos. Dessa forma, não se pode classificá-los como apenas um gênero textual, pois esses textos nem sempre compartilham as mesmas intenções. O *blog* funcionaria como um espaço de comunicação, um suporte, um sistema menos complexo e mais rápido de disponibilização de textos na internet que abriga uma diversidade de gêneros, como no caso do texto que serve de objeto deste estudo.

Neste trabalho, cujo foco são os processos linguísticos da tradução e da revisão, não convém entrar no mérito da classificação de *blog* nem estabelecer uma definição única para ele, já que nem mesmo entre os teóricos há um consenso a esse respeito. Portanto, vale apenas ressaltar o argumento de Ribeiro, T. (2009), para quem o *blog* possui características tanto de canal (veículo de comunicação) como de código (gênero do discurso), visto que representa o meio pelo qual a informação é transmitida e a informação propriamente dita.

3 ANÁLISE DE DADOS

3.1 A revisão do texto traduzido

Após análise das revisões, os dados foram tabulados. Aqui serão divididos em quatro partes, de acordo com os três subtítulos do texto traduzido (conferir ANEXO B) e com a parte das Notas: Parte I - Linguagem confusa, pensamento confuso;

Parte II - Eufemismos na esteira da crise de crédito;

Parte III - Linguagem confusa, resultados não desejados; e

Parte IV - Notas.

Para cada uma dessas partes serão apresentados os dados dos revisores (numerados de 1 a 3) e dos revisores-tradutores (numerados de 1 a 3) conforme sua classificação em aspectos morfosintáticos (que dizem respeito a questões gramaticais como concordância, regência, colocação), aspectos pragmáticos (relativos ao discurso, ao estilo adotado, ao paralelismo, à ordem da frase) e aspectos semânticos (sentidos). Na análise, serão apresentados os apontamentos feitos pelo revisor ou pelo revisor-tradutor, com os respectivos exemplos, quando for o caso. A parte das Notas, que aparece ao final do texto, será abordada apenas quanto aos aspectos da língua, não quanto às normas de padronização, já que somente um revisor se ateu a isso. Além disso, a norma americana utilizada nos textos original e traduzido também é correta e, por isso, não precisa ser substituída pelas regras da ABNT, mesmo porque não se trata de um texto acadêmico, mas de um texto de uma área técnica a ser disponibilizado na internet. As correções ortográficas, principalmente aquelas relativas à adequação ao novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, também não serão objeto de análise neste estudo, pois não apresentam dados significativos, já que os revisores e revisores-

tradutores corrigiram apenas palavras como “ideia” e “consequência”, que, no texto traduzido, ainda foram usadas com acento agudo e trema, respectivamente.

3.1.1 Parte I - Linguagem confusa, pensamento confuso

Inicialmente, quanto aos aspectos morfosintáticos, o Revisor 1, sugeriu que fosse corrigida uma locução verbal que aparece no trecho retirado da versão traduzida do livro *1984*. Ele observou que o pronome pessoal do caso oblíquo “o” é objeto do verbo “esquecer” e não do verbo auxiliar “tornar”. Assim, em vez de “e depois torná-lo a esquecer”, ficaria “e depois tornar a esquecê-lo”. Trata-se de uma correção válida, mas não convém adotá-la porque altera a versão em português do livro *1984*.

Sugeriu, ainda, vírgulas para separar “em seu romance” e *1984*, pois acredita tratar-se de aposto. Porém, essa escolha altera o sentido da oração, pois *1984* não é o único romance de Orwell. A ideia é restritiva, portanto, não há vírgulas.

Propôs também a retirada do pronome “se” no trecho “e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar”. No entanto, isso provoca alteração de sentido. Quando se mantém o pronome, a ideia é de que o próprio ato de hipnose se realizou; quando se retira o “se” parece que outro agente realizou a ação de hipnose.

Assim como o Revisor 1, o Revisor 2 chama atenção para o fato de que a locução verbal correta seria “tornar a esquecê-lo” e não “torná-lo a esquecer”, como aparece na citação. Contudo, como está dessa forma na tradução do livro citado, optou por mantê-la. Também não acredita que seja necessário “sicar” (colocar o [sic]) porque, segundo ele, o objetivo da citação não é evidenciar o erro presente nesse trecho.

Já o Revisor 3 argumenta que o pronome “se” deveria ser atraído pelo advérbio “então” no trecho: “Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar”. No entanto, como se trata de citação original de uma obra, sugere apenas a inserção de [sic], que serve para indicar que o texto original está reproduzido exatamente dessa forma, por mais errado ou estranho que possa parecer.

O Revisor-Tradutor 1 recomendou usar “sabendo que eram” em vez de “sabendo-as” em: “sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas”, visto que este último uso é muito formal para o contexto. Porém, como se trata de citação de livro, não precisa haver modificação.

Também no trecho em português do livro *1984*, sugeriu uma correção na locução verbal “torná-lo a esquecer”. Argumenta que o verbo “tornar” é o auxiliar e o verbo “esquecer”, o principal. O complemento verbal diz respeito ao verbo “esquecer”, por isso, deveria acompanhá-lo.

O Revisor-Tradutor 3 substituiu o pronome “essa” por “esta” para dar ênfase à última ideia mencionada na citação do livro *1984*. Porém, o termo “essa” parece ser mais adequado, pois se refere a algo que já apareceu no texto anteriormente. Além disso, novamente, por ser uma citação, não deveria ser modificada.

Quanto aos aspectos pragmáticos, o Revisor 1 afirmou que o uso dos parênteses para introduzir uma explicação ou reforçar uma ideia é facultativo. Em alguns casos, sugere mantê-los, pois acredita que era essa a intenção do autor do texto original; em outros, propõe substituí-los por vírgulas ou simplesmente suprimi-los, como são os casos de “ ‘Linguagem dupla’ (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair” e “De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano e o raciocínio”.

Sugeriu colocar entre vírgulas palavras ou trechos para reforçar ou enfatizar ideias. Os comentários são pertinentes, mas representam apenas uma questão de estilo. No caso das correções que foram feitas na citação do livro, acredito que não deve haver alteração alguma.

O Revisor 2 suprimiu o artigo indefinido “um” antes do substantivo “termo”, já que seu uso é opcional e sua retirada não altera o sentido em “A ‘linguagem dupla’ (*doublespeak*) — termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como George Orwell — é uma forma notável de linguagem que expressa pensamentos confusos.”

Sugeriu a substituição de vírgula por travessão e o acréscimo de vírgula opcional após o travessão, em “Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico – o que representa uma distorção da verdade –, em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas”.

Recomendou a inserção da preposição “de” antes de “pensamento”, para manter o paralelismo, ou a reconstrução da frase, o que já muda completamente o sentido, pois a “linguagem dupla” não é uma forma de linguagem que expressa pensamentos confusos, mas sim uma forma de linguagem confusa e também uma forma de pensamento confuso. É o caso de “A ‘linguagem dupla’ (*doublespeak*) — termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como George Orwell — é uma forma notável de linguagem e de pensamento confusos” e de “A ‘linguagem dupla’ (*doublespeak*) — termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como George Orwell — é uma forma notável de linguagem que expressa pensamentos confusos”.

Sugeriu padronização no uso das chamadas de nota de rodapé, já que ora aparecem antes ora depois da pontuação. No caso da primeira nota, que se refere apenas à

data de nascimento do filósofo Parmênides, diz ser mais indicado colocar a chamada após o seu nome, e não ao final do parágrafo: “De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides [1], a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio)”.

Propôs alterações na citação do livro 1984: “Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, *“mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra ‘duplipensar’ era necessário usar o duplipensar.”*

Com relação a esse trecho, advertiu para o fato de que as citações com mais de três linhas devem ser recuadas, mas como o texto destina-se à publicação em *blog* e *site*, isso não é obrigatório. Porém, recomendou que a citação recebesse pelo menos aspas, já que não foi recuada.

Também sugeriu manter o destaque da palavra “duplipensar” com aspas (no final da citação) e retirar-lhe a marca de itálico (no começo da citação), porque a citação já está toda em itálico. Relembra que o uso do itálico para destacar uma citação é indevido, pois esse recurso deve ser usado para palavras de língua estrangeira ou para grifar pequenos trechos do texto. As considerações são válidas, mas não estão coerentes. Se a primeira ocorrência dessa

palavra está sem marcas, inclusive de itálico, não há coerência em deixar as duas últimas ocorrências em itálico e entre aspas.

O Revisor 3 colocou entre vírgulas palavras ou trechos para reforçar ou enfatizar ideias: “e, acima de tudo,” e “Até para compreender a palavra ‘duplipensar’, era necessário usar o duplipensar”.

O Revisor-Tradutor 1 propôs o uso do “que” em vez de seus variantes (o que, o qual), pois acredita que ele deixa o texto mais fluido. É, pois, uma questão de estilo, de escolha: “Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, que representa uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas”.

Sugeri também a substituição de “é, portanto, equivalente” por “equivale, portanto,” para manter o paralelismo com o verbo “provoca”: “Linguagem confusa equivale, portanto, a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados”.

O Revisor-Tradutor 2 também substituiu “é equivalente” por “equivale” para manter o paralelismo sintático com o verbo “provoca”.

No que se refere aos aspectos semânticos, o Revisor-Tradutor 1 propôs substituir “era derivado” por “derivou”, pois a primeira opção pode indicar que foi e já não é mais derivado, já a segunda indica que o fato não mudou. Também chama a atenção para o fato de que o uso do pronome relativo “que” é perfeitamente cabível no lugar de “os quais”, tendo em vista que o “que” deixa o texto mais fluido: “O termo derivou, na verdade, dos termos ‘novilíngua’ (*newspeak*) e ‘duplipensamento’ (*doublethink*), que Orwell usou em seu romance *1984*, publicado em 1949”.

O Revisor-Tradutor 2 propôs substituir “instrução supressiva” por “influência opressiva”, visto que a obra *1984* se inspira nos movimentos de opressão das décadas de 30 e de 40. Opressão era, portanto, elemento construtor do sistema político vigente. No entanto, não convém alterar a citação da obra *1984*.

Sugeri omitir o artigo indefinido “um” antes de “eufemismo”, por ser dispensável neste caso, já que o texto se refere a eufemismo de forma geral. Também sugere trocar “representa” por “contribui”, pois acredita que esta última seria uma melhor tradução para *amount to*: “Eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que contribui para uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas”.

3.1.2 Parte II - Eufemismos na esteira da crise de crédito

Sobre os aspectos morfossintáticos, o Revisor 1 propôs a troca da forma verbal “considere” por “considerem-se” para deixar o texto mais formal, impessoal, e suprimir a ideia de interlocução entre autor e leitor. Também ressaltou que a regência do verbo “empurrar” não está correta, pois quem empurra algo, empurra “para” ou “em direção a algum lugar”. Dessa forma, sugere o acréscimo da preposição “para” entre “empurra” e “abaixo”.

O Revisor 2 trocou “considere” por “considerem-se”, também para deixar o texto mais impessoal, mas não viu problema no diálogo entre autor e interlocutor, e substituiu “a qual” por “o que” a fim de evitar ambiguidades no trecho: “O termo ‘*quantitative easing*’ faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é — ou seja, uma política de crescimento da oferta

monetária (dinheiro criado do nada), o que, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista [6]”.

O Revisor-Tradutor 1 fez sugestões que, em sua opinião, são mais recorrentes ou possuem uma colocação mais adequada em português, como no trecho: “Falar de uma ‘política monetária de juros baixos’ ” em vez de “falar sobre”.

O Revisor-Tradutor 3 sugeriu a troca de “deste programa” por “desse programa”, visto que o referido programa já tinha sido mencionado no texto: “*Intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo desse programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado*”.

Com relação aos aspectos pragmáticos, o Revisor 1 afirmou ser facultativo o uso de parênteses para introduzir uma explicação ou reforçar uma ideia. Em alguns casos, sugere mantê-los; em outros, propõe substituí-los por vírgulas ou simplesmente suprimi-los, como em: “impossível para o grande público” e “Referir-se à ‘ampla liquidez’ como um fator que contribui para a ‘crise de crédito’ tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda, por meio da expansão de crédito de circulação bancária”.

Ele concordou com as aspas utilizadas em alguns termos do texto para dar ênfase, mas alerta que, para alguns revisores, o excesso de aspas polui o texto visualmente. Sugeriu, ainda, a retirada de “ou seja”, visto que o travessão já indica uma explicação, e a substituição dos parênteses por travessões: “desvendar o que tal política monetária realmente é – uma política de crescimento da oferta monetária – dinheiro criado do nada – a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista”.

Substituíu “o mesmo que” por “a mesma que”. Ainda que correto, o uso de “a mesma” é um pouco estranho, parece que falta algo, porque, geralmente, “mesma” assume a característica de pronome adjetivo. Acredito que o mais adequado seria “o mesmo que” ou “a mesma coisa que”: “uma política de crescimento da oferta monetária – dinheiro criado do nada – a qual, por sua vez, é a mesma que uma política inflacionista”.

Sugeriu mudanças na ordem para evitar dúvidas quanto à qual palavra o termo “apropriado” se refere. Acredito que ambas as formas são aceitáveis e corretas. A concordância do adjetivo “apropriado” só pode mesmo ser feita com o substantivo “mecanismo”, já que as outras palavras estão no feminino: “O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo apropriado de transmissão de política monetária”.

O Revisor 2 propôs o uso de aspas para dar destaque a uma denominação no trecho “Desde a eclosão da chamada ‘crise internacional dos mercados de crédito’, eufemismos têm tido grande destaque”.

Apresentou sugestão igualmente correta apenas para soar mais fluida e natural a leitura de “ ‘Neutralização do aumento da base monetária’ é uma expressão claramente enganadora, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro”.

Além disso, alterou a ordem do adjunto adverbial na oração apenas para que a leitura soasse mais natural em: “Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro — ou seja, aqueles que cada vez mais são vistos como insolventes pelos investidores —, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros”.

Por fim, aprovou o uso de “banco central” em caixa baixa por não se tratar de um banco central específico.

O Revisor 3 sugeriu a supressão do artigo indefinido “um” nos casos em que pode ser dispensado, pois não interfere no significado da oração: “Um bom exemplo de recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE)”.

Sugeriu a retirada do sinal de pontuação antes da citação para tornar a leitura mais fluida, já que há uma relação de continuidade entre o texto do autor e a citação: “dizendo que ele iria *intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro*”.

Recomendou não usar itálico e aspas numa mesma palavra ou expressão, pois são dois recursos de ênfase. A observação é bastante pertinente. De fato, é preciso repensar o uso desses recursos de marcação para não incorrer em excessos, mas nesse exemplo a forma itálica “*quantitative easing*” justifica-se por ser um termo estrangeiro, enquanto as aspas foram mantidas para dar destaque à expressão, assim como no texto original.

O Revisor-Tradutor 2 omitiu palavra ou expressão, por ser desnecessária, pois não acrescenta sentido à oração em “O adjetivo ‘convencional’ significa ‘hereditário’ e ‘obsoleto’, enquanto ‘não convencional’ pode sugerir uma ação ‘corajosa’ e ‘inovadora’ ” (em que suprimiu “algo na linha de” após o verbo “sugerir”) e “Na prática, essa política será semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido” (em que suprimiu a palavra “algo” antes de “semelhante”).

O Revisor-Tradutor 3 sugeriu que “banco central” fosse grafado com iniciais maiúsculas, porém, como não se trata de um banco específico, determinado, não há essa necessidade.

No que diz respeito aos aspectos semânticos, o Revisor 1 substituiu “níveis de baixa recorde” por “níveis de baixa recordes” ou “níveis recordes de baixa” para fazer a concordância com “níveis”. A expressão no texto original é *low record levels*. Acredito, portanto, que caberiam as seguintes traduções: “níveis de baixo recorde”, “níveis de recorde baixo” ou “níveis baixos de recorde”, porque não está muito claro se o adjetivo *low* está se referindo a *record* ou a *levels*.

O Revisor 2 sugeriu substituir “em direção a níveis de baixa recorde” por “em direção a níveis recorde de baixa” ou “em direção aos menores níveis já registrados”.

O Revisor-Tradutor 1 indicou o verbo “dedicam” no lugar de “devotam” por acreditar que o primeiro seria uma tradução mais adequada para a expressão em inglês *to be at great pains*: “Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que dedicam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito”.

Fez sugestões que, em sua opinião, são mais recorrentes ou possuem uma colocação mais adequada em português, tais como a substituição do verbo “inaugurar” por “gerar” e de “crescimento” por “aumento”: “Falar sobre uma ‘política monetária de juros baixos’ escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de gerar uma recuperação econômica” e “‘Neutralização do aumento da base monetária’ é claramente enganador, já que um aumento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro”.

Apresentou um sinônimo para “reserva legal”: “reservas excendências”. No entanto, averigui que o primeiro é o termo mais frequente, mais usado no discurso econômico.

O Revisor-Tradutor 2 sugeriu substituir a expressão “à luz de” por “devido a” em “uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima”, por considerar a primeira uma expressão muito formal para esse texto, mas acho que o mais correto seria substituí-la por “diante de” ou simplesmente manter a expressão “à luz de”, já que em inglês a expressão é *in light of*.

Propôs também substituir a primeira ocorrência de “tende a” pelo verbo “poder” para evitar sua repetição no mesmo parágrafo. Entretanto, o uso do verbo “poder” altera o sentido da oração. Acredito que o verbo “tender” carrega uma força de expressão maior do que o verbo “poder”, que indica apenas a ideia de possibilidade: “Referir-se à ‘ampla liquidez’ (como um fator que contribui para a ‘crise de crédito’) pode encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária). O termo ‘liquidez’ tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais”.

Propôs a reformulação de uma oração, pois acredita que *see through* seria melhor traduzido pelo verbo “compreender” em vez de “desvendar”. No entanto, essa alteração prejudica a fluidez do texto: “O termo ‘*quantitative easing*’ faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), compreender do que se trata essa política monetária – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista”.

3.1.3 Parte III - Linguagem confusa, resultados não desejados

Iniciando pelos aspectos morfosintáticos, o Revisor 1 substituiu a forma verbal “faz” por “fazem”, pois considera o que está entre travessões como continuação do sujeito.

Aqui se trata de sujeito simples. Portanto, a concordância deve ser feita apenas com “linguagem confusa”. O que está entre travessões só representa uma continuação da ideia, mas é algo que pode ser perfeitamente suprimido: “Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – fazem com que se torne cada vez mais difícil”.

O Revisor-Tradutor 1 fez sugestões que, em sua opinião, são mais recorrentes ou possuem uma colocação mais adequada em português. Aqui levou em consideração a concordância do tempo dos verbos com a expressão “cedo ou tarde”: “Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental alcançará, e até ultrapassará, um nível crítico”.

Para os aspectos pragmáticos, o Revisor 1 sugeriu o uso da vírgula antes de “sem base em poupança alguma”, com o argumento de que seria uma oração subordinada adverbial concessiva e que estariam subentendidos a conjunção “mesmo” ou “embora” e o verbo “ter”, formando algo como “mesmo/embora sem ter base”. E, segundo a gramática normativa, costuma-se separar por vírgulas as orações principais das orações subordinadas adverbiais concessivas. Apesar dos argumentos gramaticais, essa é uma questão de estilo, já que essa vírgula é facultativa: “Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito, sem base em poupança alguma”.

Com base no Manual de Redação e Estilo do jornal *O Estado de São Paulo*, defendeu a grafia da palavra “estado” com inicial maiúscula, pois acredita que o estado exerce poder sobre os cidadãos. Mas segundo os economistas adeptos da Escola Austríaca de Economia, o estado é sempre prejudicial à sociedade. Para eles, quem detém o poder soberano é o povo e, por isso, não há motivo para grafar “estado” com inicial maiúscula. Trata-se apenas de uma questão ideológica, mas como o texto econômico em questão segue essa linha teórica, convém manter a grafia de “estado” com letras minúsculas.

É curioso notar que o Revisor 2 fez não somente uma análise da gramática e dos significados das estruturas, mas também analisou o próprio discurso, aliás, de forma bastante crítica, o que deixa evidente seu posicionamento em relação às ideias do texto. Primeiramente, critica a relação estabelecida, no texto, entre o “duplipensar” – característico do Estado totalitário imaginado por Orwell no livro *1984* – e os tais eufemismos para a criação de dinheiro. Ressalta que “o eufemismo é uma espécie de perífrase, em que ocorre a atenuação do significado, mas não o seu falseamento (o sentido é preservado, apenas o seu impacto é minorado)”. Afirma que o artigo ataca as políticas sociais do Estado (saúde, educação e segurança pública) e fala do uso de eufemismos por representantes governamentais de forma que parece atribuir ao governo o totalitarismo do “estado orwelliano”. Diante disso, expõe sua visão a respeito do texto. Para ele, trata-se de um discurso não científico, pois se vale de dogmas e sofismas. Além disso, argumenta que o discurso do texto é um discurso autoritário e que suas consequências são nefastas, algo que, segundo ele, pode ser comprovado pela situação de “crise econômica em que o mundo está imerso desde o colapso do neoliberalismo”.

Propôs a substituição do advérbio “enormemente” por “excessivamente” por achar o que o primeiro é pouco recorrente, pouco comum: “Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são excessivamente reduzidas”.

Repetiu a conjunção “como” para manter o paralelismo em “Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, como fornecedores do governo ou como destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública”.

Sugeriu manter o paralelismo na expressão “a médio e longo prazo” por meio da inserção da preposição “a” antes de “longo prazo”: “A política monetária pode, portanto, ser

desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas consequências a médio e a longo prazo".

Por fim, também propôs a grafia de "estado" com inicial maiúscula.

O Revisor 3 incluiu a preposição "a" antes de "médio prazo" e de "longo prazo" para manter o paralelismo: "para o público entender as consequências a médio e a longo prazo das medidas adotadas".

Propôs a substituição de "ou" por "seja", a fim de manter o paralelismo, já que anteriormente há uma ocorrência da palavra "seja": "Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, seja como destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública".

Sugeriu a troca de "devido" por "devida". Defende que embora a expressão "devido a" seja frequentemente tratada como locução prepositiva, é importante observar que, neste contexto, "devido" é particípio, adjetivo. E como a invariabilidade de "devido(a)" não é um ponto pacífico entre gramáticos, sugeriu flexionar a palavra: "A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devida à aquisição".

Sugeriu também que a palavra "estado" fosse grafada com inicial maiúscula, visto que gramáticos e dicionaristas prescrevem a grafia de "estado" no sentido de nação politicamente organizada com inicial maiúscula.

O Revisor-Tradutor 1 fez sugestões que, em sua opinião, são mais recorrentes ou possuem uma colocação mais adequada em português. Trata-se, pois, de uma questão de estilo: "Como resultado, as pessoas estão cada vez mais dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública".

O Revisor-Tradutor 2 propôs a reformulação de orações para tornar a leitura mais natural. De fato, essa alteração tornou o texto mais claro e fácil de ler: “Com o uso crescente de linguagem confusa por especialistas em política monetária, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas”.

Propôs alterar a expressão “sem base em poupança alguma”, mas, neste caso de reformulação, não há necessidade de fazer essa mudança, pois a oração já está clara, não precisa de explicações: “Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem uma reserva que permitiria essa ação”.

O fato mais importante neste trecho talvez seja “o desencadeamento da política monetária”, uma vez que se costuma colocar o termo que se quer enfatizar logo no início do período, na posição de sujeito. A reestruturação proposta repassa a ênfase para “o público”, algo que acaba alterando a intenção do autor neste período: “Dessa forma, é possível que o público discorde de uma política monetária se tiver conhecimento de suas consequências a médio e longo prazo”.

O Revisor-Tradutor 3, por uma questão de paralelismo, sugeriu colocar a preposição “a” antes de “longo prazo”: “Isso acontece porque uma linguagem confusa — e seu resultado, um pensamento confuso — faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências a médio e a longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas”.

Nos aspectos semânticos, o Revisor 1 substituiu “a médio e longo prazo” por “de médio e longo prazo”. As substituições são pertinentes. No primeiro exemplo, as consequências é que são de médio e longo prazo, não o seu entendimento. Portanto, a preposição correta seria “de”. No segundo exemplo, a preposição “a” indica que o público será informado das consequências futuramente, a médio e longo prazo, algo que altera completamente o sentido do termo no texto original. Em *if it were informed of the medium-*

and long-term consequences (como está no texto original), “ médio e longo prazo” se refere a consequências: “Faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências de médio e de longo prazo das medidas adotadas” e “A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde, caso seja informado de suas consequências de médio e longo prazo”.

O Revisor 2 entendeu que a expressão “a médio e longo prazo” foi associada ao entendimento das consequências, não com as consequências em si. Por isso, sugeriu colocar a expressão entre vírgulas. Sugeriu também o acréscimo do artigo indefinido “um” antes de “pensamento”, o que representa apenas uma questão de estilo: “Isso acontece porque uma linguagem confusa — e seu resultado, um pensamento confuso — faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências, a médio e a longo prazo, das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas”.

3.1.4 Parte IV – Notas

Quanto aos aspectos morfosintáticos, o Revisor 2 alterou a forma verbal “note” por “note-se” a fim de preservar a impessoalidade do texto em “Note-se que o termo ‘linguagem dupla’ não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984”.

Quanto aos aspectos pragmáticos, o Revisor 1 substituiu “o mesmo que” por “a mesma que”. Ainda que correto, o uso de “a mesma” soa estranho. Acredito que o mais adequado seria “o mesmo que” ou “a mesma coisa que”: “Então, uma política de preços mínimos é essencialmente a mesma que uma política de taxa máxima de juros”.

Também substituí “pelo” por “por intermédio de”, o que caracteriza apenas uma questão de escolha, pois ambos estão corretos: “O termo se tornou público por intermédio do Banco do Japão”.

Sugeri que a palavra *spread* recebesse aspas, pois, por se tratar de palavra estrangeira, precisa ser destacada do resto do período, que é uma citação e já está toda em itálico. É importante destacar essa palavra, mas as aspas podem deixar o termo muito marcado. Além disso, como é uma palavra já incorporada à área de Economia, talvez não seja preciso destacá-la.

O Revisor 2 sugeriu o uso do artigo definido “o” ante de “seu retorno” por uma questão de paralelismo: “Note que há uma relação reversa entre o preço do título e o seu retorno”.

Propôs o uso de “vice-versa” para evitar repetições ou dificuldade de entendimento na frase: “Note-se que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe, o preço do título cai, e vice-versa”.

Propôs que a expressão “Nota do Editor” fosse colocada ao final da nota. Quanto à abreviação a.C. sugerida, vale ressaltar que ambas as formas (a.C. e A.C.) são aceitas; portanto, não há porque substituir uma forma correta por outra também correta: “[1] As datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 a.C. (Nota do editor)”.

Recomendou, ainda, que a citação com mais de três linhas recebesse aspas, já que não foi recuada: “*Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de*

política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.”

Sugeriu que as citações ficassem em itálico, como ocorre em outras partes do texto: “*As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento*” e “Declaração do BCE à imprensa: ‘*BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros*’, 10 de maio de 2010”.

Chamou atenção para o fato de que, na verdade, é na nota que aparece pela primeira vez no texto a sigla “BCE”. Por isso, deve-se escrever o seu significado para orientar o leitor, já que ela aparecerá outras vezes no texto: “Por exemplo, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010”.

O Revisor 3 sugeriu a supressão do artigo definido “a” nos casos em que pode ser dispensado, pois não interfere no significado da oração, como em: “ ‘Ampla liquidez’ tornou-se um termo muito usado”.

Sugeriu que a palavra *spread*, presente numa citação que já está toda em itálico, não recebesse marcação alguma para ficar destacada no texto: “*Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado*”.

Embora esteja registrada no VOLP, a forma "porcento" é mais consagrada em Portugal. Como atualmente há, no Brasil, o uso consolidado de "por cento" separado, sugeriu esta forma: “*Quantitative easing* é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento”.

3.2 O perfil dos revisores e dos revisores-tradutores

A partir da análise das revisões e dos questionários aplicados, foi possível identificar as características dos três revisores e dos três revisores-tradutores envolvidos e elaborar gráficos para mostrar o perfil desses profissionais, bem como as tendências que costumam seguir no momento da revisão ou tradução.

Verificou-se que todos os seis possuem formação em Letras. Com relação à habilitação em Língua e Literatura Portuguesas, há um revisor formado e outro que está cursando a graduação, mas que já é formado em Direito; o outro revisor possui formação em Letras – Português e Francês.

Quanto aos tradutores, todos são graduados em Letras-Tradução, dois com habilitação em Língua Inglesa e um com habilitação em Línguas Inglesa e Francesa (ver ANEXO J – gráfico 1). De todos esses profissionais, apenas metade possui curso de especialização concluído ou em andamento: um revisor, nas áreas de Didática e Ensino de Português e em Psicopedagogia; um revisor, em Revisão de Textos; e um tradutor, em Estudos da Tradução. Estatisticamente, 3 não possuem especialização e 3 possuem especialização concluída (1) ou não concluída (2) (ver ANEXO J – gráfico 2).

Quanto à idade, aproximadamente 4 desses profissionais têm entre 20 e 30 anos; 1 está entre os 31 e os 40 anos; e 1 possui mais de 40 anos (ver ANEXO J – gráfico 3). No que diz respeito ao tempo de serviço, 3 atuam na área de revisão ou tradução há menos de 5 anos; 2 possuem entre 5 e 10 anos de experiência profissional; e 1 exerce esse trabalho há mais de 10 anos (ver ANEXO J – gráfico 4).

As estatísticas referentes ao local de trabalho dos revisores e revisores-tradutores são iguais: um terço (2) deles trabalha em órgãos públicos, um terço, em empresas privadas e um terço atua de forma autônoma (ver ANEXO J – gráfico 5).

Por fim, quanto aos aspectos priorizados no momento da revisão e da tradução, elaborou-se um gráfico de acordo com o que os profissionais responderam nos questionários e o que foi observado nas revisões: 4 profissionais priorizaram os aspectos pragmáticos, 1 priorizou somente os aspectos semânticos e 1 priorizou igualmente os aspectos pragmáticos e os gramaticais ou morfossintáticos (ver ANEXO J – gráfico 6). Isso mostra, portanto, que os fatores que os revisores e os revisores-tradutores mais levaram em conta na revisão do texto traduzido foram aqueles de ordem pragmática, que dizem respeito à construção do discurso e ao estilo empregado, por exemplo.

3.3 A reescritura textual

Tendo em vista o que foi proposto neste estudo pelos revisores e pelos revisores-tradutores, e levando-se em consideração as reflexões acerca da noção de equivalência na tradução e da importância da revisão para a fluência de um texto, será apresentada a última versão do texto traduzido com as respectivas observações a respeito das mudanças que foram feitas. Para evidenciar essas observações, foi utilizado o recurso de comentários do *Word*, motivo pelo qual a formatação dessa última versão da tradução está diferente do restante do trabalho. É importante destacar que aqui não se trocou o certo pelo certo, pois a intenção era apenas aprimorar a linguagem e corrigir os erros que passaram despercebidos pelos tradutores, a fim de tornar a leitura do texto traduzido o mais fluente e natural possível para os receptores da língua de chegada.

Segunda-feira, 11 de janeiro de 2011.

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em janeiro de 2011)

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides [1], a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa equivale, portanto, a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados.

[R1] Comentário: Como a nota 1 se refere ao filósofo, o melhor lugar para colocá-la é após o nome dele, não ao final do parágrafo.

[R2] Comentário: Substituição de “é equivalente” por “equivale” para manter o paralelismo com o verbo “provoca”.

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como George Orwell – é uma forma notável de linguagem e de pensamento confusos. O termo derivou, na verdade, dos termos “novilíngua” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance *1984*, publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente

[R3] Comentário: Supressão do artigo indefinido “um” por ser dispensável neste caso.

[R4] Comentário: Acréscimo da preposição “de” para manter o paralelismo.

[R5] Comentário: Substituição de “era derivado” por “derivou” por apresentar um sentido mais preciso e uma colocação mais adequada.

[R6] Comentário: A citação perdeu a marca de itálico e recebeu aspas, já que o itálico é mais apropriado para palavras estrangeiras.

a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar.

Até para compreender a palavra ‘duplipensar’ era necessário usar o duplipensar” [3].

Eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes

utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que representa uma distorção da verdade – em muitos casos, empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

[R7] Comentário: Por uma questão de padronização, as chamadas das notas que aparecem ao final dos períodos foram dispostas antes do ponto final.

[R8] Comentário: Supressão do artigo indefinido “um”, por ser dispensável.

[R9] Comentário: Acréscimo da vírgula (que aqui é facultativa) após o adjunto adverbial para dar uma pausa no momento da leitura.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considerem-se os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir uma ação “corajosa” e “inovadora”.

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixo recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a ideia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.

[R10] Comentário: Substituição da forma verbal “considere” por “considerem-se” para tornar o texto mais impessoal.

[R11] Comentário: Substituição de “pode sugerir algo na linha de uma ação” por “pode sugerir uma ação”, visto que “algo na linha de” é uma expressão que não acrescenta nada ao sentido da oração.

[R12] Comentário: “Recorde” é um substantivo masculino segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss*.

3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista [6].

4. Falar de uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado para abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de gerar uma recuperação econômica.

[R13] Comentário: Substituição da preposição “sobre” por “de” por tratar-se de uma regência mais adequada ou mais formal para o verbo “falar”.

[R14] Comentário: Acréscimo da preposição para completar o sentido do verbo “empurrar”.

[R15] Comentário: O verbo “inaugurar” foi trocado pelo verbo “gerar” por uma questão de colocação.

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é uma expressão claramente enganadora, já que um aumento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo [7].

[R16] Comentário: Expressão adicionada para dar mais fluidez ao período.

[R17] Comentário: “Crescimento” foi substituído por “aumento” por ser um termo mais apropriado para concordar com “estoque”. Também é uma questão de colocação.

6. Referir-se à “ampla liquidez” como um fator que contribui para a “crise de crédito” tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda por meio da expansão de crédito de circulação bancária [8]. O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

[R18] Comentário: Os parênteses foram retirados por serem facultativos neste caso. Sem eles, a leitura fica mais natural e fluida.

Um bom exemplo de recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria “intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo desse programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado” [9].

[R19] Comentário: Retirada do artigo indefinido “um”.

[R20] Comentário: Citação entre aspas e sem itálico.

[R21] Comentário: Substituição de “deste” por “desse”, já que o referido programa já foi mencionado anteriormente.

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que **cada vez mais são vistos** como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

[R22] Comentário: “Cada vez mais são vistos” soa mais fluente do que “são cada vez mais vistos” (como estava antes).

Na prática, essa política **será semelhante** a uma política de preços mínimos [10] para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

[R23] Comentário: Retirada da palavra “algo” antes de “semelhante” por ser desnecessária.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com o uso crescente de linguagem confusa por especialistas em política monetária, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências **de médio e de longo prazo** das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

[R24] Comentário: Reestruturação da frase para torná-la mais fluida.

[R25] Comentário: Substituição da preposição “a” por “de”, pois as consequências é que são de médio e de longo prazo, não o entendimento delas. Para manter o paralelismo, usou-se “de” antes de “médio” e de “longo”.

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em consequências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar

ao estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, **como** fornecedores do governo, ou **como** destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

[R26] Comentário: Para manter o paralelismo com “como”.

[R27] Comentário: Paralelismo.

Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental **alcançará**, e até **ultrapassará**, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

[R28] Comentário: O futuro é o tempo verbal mais indicado para concordar com a expressão “cedo ou tarde”.

[R29] Comentário: Para concordar com “cedo ou tarde”.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas consequências **de médio e de longo prazo**.

[R30] Comentário: Substituição da preposição “a” por “de”, pois as consequências é que são de médio e de longo prazo, não a ocasião em que elas serão informadas ao público. Para manter o paralelismo, usou-se “de” antes de “longo prazo”.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] **Note-se** que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[R31] Comentário: A substituição da forma verbal “note” por “note-se” torna a oração mais impessoal.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas ⁴tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas – as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e *spreads* de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos”.

[R32] Comentário: A citação foi colocada entre aspas e foi-lhe retirada a marcação de itálico.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou

público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: “Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa”.

[R33] Comentário: O significado da sigla foi colocado aqui, embora não estivesse presente no texto em inglês, pois é a primeira vez que se faz menção ao BCE no texto.

[R34] Comentário: A citação perdeu o itálico e recebeu aspas.

[8] Ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[R35] Comentário: O artigo definido “a” foi suprimido por ser dispensável neste caso.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e o seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

[R36] Comentário: Acréscimo do artigo “o” antes de “retorno” para manter o paralelismo com “o preço do título”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, por meio de dados empíricos, buscou-se demonstrar a importância, para a língua, de se estabelecer uma associação entre os processos de tradução e revisão. Verificou-se que os revisores primaram pela fluência, estilo e naturalidade do texto na língua de chegada, ao passo que os revisores-tradutores preocuparam-se, no cotejamento, em assegurar que os textos estivessem equivalentes. É importante ressaltar que, embora considerado ilusório, o conceito de equivalência na tradução auxilia o tradutor na busca por um texto que seja funcional e que sirva aos objetivos comunicacionais na língua de chegada. Além disso, como foi abordado nos pressupostos teóricos, é preciso tratar a equivalência não como uma relação de igualdade entre os textos, mas como uma noção que procura preservar, principalmente, os sentidos do texto de partida sem se esquecer dos aspectos morfossintáticos e pragmáticos.

No que concerne à tradução de textos técnicos ou pragmáticos – como o texto econômico que foi utilizado neste estudo –, também é preciso considerar que são exigidas determinadas competências, tais como conhecimento da língua especializada, familiaridade com a área técnica e seu discurso e atenção aos objetivos do texto e ao público-alvo. Na revisão e no cotejamento entre texto de partida e texto de chegada, tenta-se, por sua vez, garantir que o texto traduzido transmita a mensagem de forma coesa, coerente e eficaz. É por meio da revisão – que nada mais é do que uma outra leitura ou um novo enfoque do texto – que os problemas ou os desvios cometidos pelo tradutor podem ser sanados, permitindo que a tradução seja bem feita e tenha credibilidade. Sabe-se que uma tradução mal feita pode gerar sérias consequências tanto para o idioma – pois termos inadequados ou neologismos desnecessários podem entrar para a língua de chegada –, quanto para os especialistas da área, que podem confundir conceitos ou desenvolver o seu trabalho de forma equivocada.

Com este estudo também foi possível observar que a formação acadêmica e a experiência no ofício são os aspectos que mais contribuem para a execução de um bom trabalho nas áreas de revisão e tradução. Possuir cursos de graduação e especialização em línguas é fundamental para revisores e tradutores, mas a teoria não funciona plenamente sem a prática e vice-versa. Verificou-se, pois, que todas as revisões propostas foram relevantes para a reescritura da versão final do texto traduzido e que, embora possuam perfis distintos, aqueles profissionais que associam experiência à especialização na área desenvolveram trabalhos mais críticos e mais voltados para as intenções dos tradutores do texto original.

Diante disso, fica claro que a tradução e a revisão são processos sujeitos a fatores linguísticos, que envolvem as características dos idiomas em questão, e a fatores culturais, que dizem respeito não só às peculiaridades da área técnica e de seu discurso, mas que também dependem da formação e do tempo de atuação dos profissionais para se obter um bom resultado. Portanto, submeter o texto traduzido a uma ou mais revisões é de extrema importância para garantir a qualidade e a boa adequação em termos linguísticos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. Léxico e Discurso: As classes de palavras no léxico especializado da Economia. *Revista Signótica (UFG)*, n. 2, p. 189-198, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/sig/article/view/3647/3408>>. Acesso em: 9 abr. 2012.
- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. Introdução: Norma linguística & outras normas. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma Linguística*, São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- _____. Norma linguística, hibridismo & tradução. *Traduzires*, v. 1, n. 1, p. 19-32, 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/traduzires/article/view/6652/5368>>. Acesso em: 7 maio 2012.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed, São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- BARRETO LUIZ, A. J. Importância de textos em português para a apropriação do conhecimento em Ciência e Tecnologia no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 3, p. 543-554, set./dez. 2003. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v20/v20n3_06.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2012.
- BASSNETT, S. *Estudos de Tradução: fundamentos de uma disciplina*. Trad. de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria linguística da tradução: um ensaio de linguística aplicada*. Trad. do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da PUC de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CAVALHEIRO, J. S. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, n. 11/2, p. 67-81, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3042/2585>>. Acesso em: 3 abr. 2012.
- CLAS, A. Collocations et langues de spécialité. *Meta: journal des traducteurs*, Montreal, vol. 39, n. 4, 1994. p. 576-580. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/meta/1994/v/n4/002327ar.html>>. Acesso em: 7 abr. 2012.

COELHO, P. M. C. R. *O tratamento da variação linguística nos livros didáticos de Português*. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COMELLAS, Pere. Autoria contra tradução ou tradução como autoria: Milan Kundera, Jorge Luis Borges e o fim do indivíduo. *Cadernos de Tradução (UFSC)*, v. 2, n. 24, p. 9-30, 2009. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/issue/view/1311>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

FERNANDES, A. B. M. Revisão: apenas alguns aspectos. *Abrates*. 2003. Disponível em: < <http://www.abrates.com.br/abreartigo.asp?onde=REVIS%C3O%20APENAS%20ALGUNS%20ASPECTOS.abr>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

FREITAS, L. F. Tradução e autoria: de Schleiermacher a Venuti. *Cadernos de Tradução (UFSC)*, v. 1, n. 21, p. 95-107, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/8201>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

FUJIHARA, A. K. Equivalência tradutória e significação. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 38 (1): 273-283, jan.-abr. 2009. Disponível em: < http://gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N1_22.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

GIL, Isabel T. M. Algumas considerações sobre línguas de especialidade e seus processos lexicogênicos. *Máthesis - Revista de Educação (FAFJAN)*, Jandaia do Sul, v. 12, p. 113-130, 2003. Disponível em: < http://www4.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat12/Mathesis12_113.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2012.

GRUPO SOLUCION. Tradução: o que significa? Disponível em: <<http://www.gruposolucion.com.br/traducao.php>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

GRUPO SOLUCION. Tradução técnica: o que significa? Disponível em: < <http://www.gruposolucion.com.br/traducao-tecnica.php>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0.1 [CD-ROM]. 2001.

JAKOBSON, R. On Linguistic Aspects of Translation. In: Reuben, A. B. *On translation*. Cambridge: Mass Harvard University Press, 1959, p. 232-239. Disponível em:< <http://www.stanford.edu/~eckert/PDF/jakobson.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

LEFEBVRE, C. As noções de estilo. In: BAGNO, M (Org.). *Norma Lingüística*, São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARQUANT, H. Formation à la traduction technique. *Meta: journal des traducteurs*, Montreal, vol. 50, n. 1, 2005. p. 129-136. Disponível em: <<http://www.erudit.org/revue/meta/2005/v50/n1/010663ar.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

NASCIMENTO, E. L.; FELIS, C. C. G. Blog: um gênero textual a ser desconstruído e descrito na abordagem do interacionismo sócio-discursivo. In: III ENCONTRO CIENTÍFICO DO CURSO DE LETRAS - O DESAFIO DAS LETRAS, 2005, Rolândia-PR. *Anais do III Encontro Científico do Curso de Letras - O Desafio das Letras*. Rolândia-PR: Faccar, 2005. v. 1. p. 22-22. Disponível em: <http://www.faccar.com.br/eventos/desletras/hist/2005_g/2005/textos/013.html>. Acesso em: 10 mar. 2012.

NIDA, Eugene A. *Toward a science of translating*. Leiden: E.J. Brill, 1964. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=YskUAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=toward+a+science+of+translation+nida&hl=pt-BR&sa=X&ei=QxSST4aFGIXq9ASit9mcBA&ved=0CDAQ6AEwAA#v=snippet&q=equivalence&f=false>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

OLIVEIRA, A. R. Equivalência: sinônimo de divergência. *Cadernos de Tradução (UFSC)*, v. 19, p. 97-114, 2007. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/download/6994/6478>. Acesso em: 5 jan. 2012.

OUSTINOFF, M. *Tradução: história, teorias e métodos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

PEREIRA, A. C. B. G. *Blog, mais um gênero do discurso digital?* São Paulo: PUC-SP, 2007. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/cd/Port/9.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

PESSOA, M. F. C. *O paratexto e a visibilidade do tradutor*. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

POLCHLOPEK, S.; AIO, M. A. Tradução técnica: armadilhas e desafios. *Tradução e Comunicação Revista Brasileira de Tradutores*, São Paulo, n. 19, 2009. Disponível em: < <http://sare.anhanguera.com/index.php/rtcom/article/viewFile/1638/768>>. Acesso em: 21 mar. 2012.

POLLEIT, T. The many euphemisms for money creation. *Ludwing von Mises Institute*. 2011. Disponível em: < <http://mises.org/daily/4965/The-Many-Euphemisms-for-Money-Creation>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Os vários eufemismos para a criação de dinheiro. *Blog Escola Austríaca de Economia*. Trad. de Marcelo Aguiar Cerri e Raysa Sales da Costa. 2011. Disponível em: < <http://escolaaustriacadf.blogspot.com.br/2011/07/os-muitos-eufemismos-para-criacao-de.html>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Os vários eufemismos para a criação de dinheiro. *Instituto Ludwing von Mises Brasil*. Trad. de Marcelo Aguiar Cerri e Raysa Sales da Costa. 2012. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1226>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

RIBEIRO, A. E. Em busca do texto perfeito: (in)distinções entre as atividades do editor de texto e do revisor de provas na produção de livros. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 2007, Juiz de Fora-MG. *Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste*, Juiz de Fora-MG: Intercom, 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0011-1.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

_____. E. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba-PR. *Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba-PR: Intercom, 2009. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

RIBEIRO, T. S. E-mail e blog: “gêneros textuais” ou veículos de comunicação? *Hipertextus Revista Digital (PUC-RJ)*, n. 2, jan. 2009. Disponível em: < <http://www.hipertextus.net/volume2/Tiago-Silva-RIBEIRO.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SADOYAMA, A. S. P. Gêneros textuais e ensino de Língua Portuguesa. *Revista Ícone (UEG)*, v. 4, p. 12-16, jul. 2009. Disponível em: < http://www.slmb.ueg.br/iconeletras/artigos/volume4/adriana_santos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2012.

SIMÕES, A. C. Faces e práticas da tradução poética: nuances de uma tradução interlingual. *Revista Linguagem (UFES)*, 16. ed., 2009. Disponível em: < http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/ic_002.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2012.

SOARES, M. L. F. Breve reflexão sobre a origem do conceito de autor e autoria de textos escritos. In:_____. *O papel do autor de livro didático para o ensino de Língua Inglesa como uma língua estrangeira*: um estudo de identidade autoral. Dissertação (Mestrado)-PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007. p. 25-30. Disponível em: < www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10704/10704_4.PDF>. Acesso em: 2 abr 2012.

VENUTI, Lawrence. Autoria. In:_____. *Escândalos da Tradução*: por uma ética da diferença. Trad. de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002, p. 65-92.

ANEXO A – Texto original

The Many Euphemisms for Money Creation

Mises Daily: Tuesday, January 18, 2011 by [Thorsten Polleit](#)

Confused Language, Confused Thinking

According to the teachings of the Greek philosopher Parmenides, language illustrates human thinking (and reasoning); confused language is thus tantamount to confused thinking; confused thinking, in turn, provokes unintended acts and undesired outcomes.^[1]

"Doublespeak" — a term that rose to prominence through the work of Eric Blair (1903-1950), more famously known as George Orwell — is a conspicuous form of confused language and thought. The term doublespeak was actually derived from the terms "newspeak" and "doublethink," which Orwell used in his novel *Nineteen Eighty-Four*, published in 1949.^[2] While under suppressive Party instruction, the mind of the protagonist, Winston Smith

slid away into the labyrinthine world of doublethink. To know and not to know, to be conscious of complete truthfulness while telling carefully constructed lies, to hold simultaneously two opinions which cancelled out, knowing them to be contradictory and believing in both of them, to use logic against logic, to repudiate morality while laying claim to it, to believe that democracy was impossible and that the Party was the guardian of democracy, to forget, whatever it was necessary to forget, then to draw it back into memory again at the moment when it was needed, and then promptly to forget it again: and above all, to apply the same process to the process itself. That was the ultimate subtlety: consciously to induce unconsciousness, and then, once again, to become unconscious of the act of hypnosis you had just performed. Even to understand the word "doublethink" involved the use of doublethink. ^[3]

A euphemism is a form of doublespeak: it is a rhetorical device used sometimes intentionally and sometimes unintentionally — a linguistic palliation, amounting to a distortion of the truth — in many cases applied to avoid offending people. In real life, euphemisms can be used by some to try and legitimize actions that run counter to the interests of others. In that sense, euphemisms are a "manipulation of language" and a "manipulation through language."

Euphemisms in the Wake of the Credit Crisis

Since the outbreak of the so-called international-credit-market crisis, euphemisms have risen to great prominence. This holds true in particular for monetary-policy experts, who are at

great pains to advertise a variety of policy measures as being in the interest of the greater good, because they are supposed to "fight" the credit crisis. Consider the following examples.

1. The expression "unconventional monetary policy" casts central-bank action in a rather favorable light.^[4] The adjective "conventional" stands for "hereditary" and "outdated," while unconventional might suggest something along the lines of "courageous" and "innovative" action.
2. Using the expression "aggressive monetary policy" works in the same way.^[5] It often refers to, for example, a drastic cut in official interest rates toward record low levels, or a strong increase in the base money supply in light of an approaching recession, conveying the notion that policy makers take "bold" and "daring" action for the greater good.
3. The term "quantitative easing" makes it increasingly difficult, even impossible (for the public at large), to see through what such a monetary policy really is — namely, a policy of increasing the money supply (out of thin air), which, in turn, is equal to a monetary policy of inflation.^[6]
4. Talking about a "low-rate monetary policy" glosses over the fact that monetary policy pushes the market rate of interest below the natural rate of interest (the societal time-preference rate), thereby necessarily causing malinvestment rather than ushering in an economic recovery.
5. Speaking of "neutralizing the increase in base money" is clearly misleading, as a rise in the money stock is never, and can never be, neutral. It is necessarily accompanied by redistributive effects — irrespective of whether the receivers of the injection of additional money (which was created out of thin air) hold these balances as "excess reserves" or in the form of, say, time deposits.^[7]
6. Referring to "ample liquidity" (as a contributing factor to the "credit crisis") tends to cover up the fact that central banks have inflated the money supply (through bank-circulation credit expansion).^[8] The term "liquidity" tends to disguise the fact that unfavorable monetary conditions are a result of central-bank action.

A good example of a recent euphemism in the field of monetary policy was the announcement by the Governing Council of the [European Central Bank](#) (ECB) on May 10, 2010. It said it would

conduct interventions in the euro area public and private debt securities markets (Securities Markets Programme) to ensure depth and liquidity in those market segments which are

dysfunctional. The objective of this programme is to address the malfunctioning of securities markets and restore an appropriate monetary policy transmission mechanism.^[9]

Such a monetary policy can be seen as subsidizing the bond prices of some government issuers in the euro area – namely, those that are increasingly viewed as unsound by investors – thereby favoring some issuers (and investors holding their bonds) at the expense of others.

Such a policy will actually amount to something like a minimum-price policy^[10] for the bonds of certain government issuers if and when the central bank makes purchases that keep certain bond prices above levels that would otherwise have prevailed.

Confused Language, Undesired Results

With monetary-policy experts making increased use of confused language, the corrective counterforces against a damaging monetary policy are greatly diminished. This is because confused language – and its result, confused thinking – makes it increasingly difficult for the public to understand the medium- to long-term consequences of policy measures; and that knowledge is clearly needed to resist damaging policies.

Perpetual use of confused language may result in social outcomes that few actually intended. Consider the case of an ever-greater expansion of government. The reason that the state apparatus keeps growing at the expense of the private sector is in large part the government's acquisition of full control over money production. Holding the money-supply monopoly, government can increase the supply through credit expansion without any real savings supporting it.

With fiat money, government can and does increase its spending well beyond the amount taxpayers are prepared to hand over to the state. As a result, more and more people become dependent on government spending (some voluntarily so) whether as civil servants, government contractors, or recipients of state-run pensions, health insurance, education, and security.

Sooner or later the dependence of the people on government handouts reaches, and then surpasses, a critical level. People will then view a monetary policy of ever-greater increases in the money supply as being more favorable than government defaulting on its debt, which would wipe out any hope of receiving benefits from government in the future. In other words, a policy of inflation, even hyperinflation, will be seen as the policy of lesser evil.

Thanks to the doublespeak of monetary-policy experts, the launch of monetary policy leading to high inflation may not be discernible by the public at large. A monetary policy can thus be

unleashed that the public would presumably not agree to if it were informed of the medium- and long-term consequences.

As a result, there is strong reason to fear that confused, Orwellian language and the confused thought it produces pave the way to high inflation.

Thorsten Polleit is Honorary Professor at the Frankfurt School of Finance & Management. Send him [mail](#). See Thorsten Polleit's [article archives](#).

[Comment on the blog](#).

You can subscribe to future articles by Thorsten Polleit via this [RSS feed](#).

Notes

[1] Editor's Note: The birth and death dates of Parmenides are the subject of debate. He probably did most of his writing before 500 BC.

[2] Note that this the term "doublespeak" does not appear anywhere within Orwell's *Nineteen Eighty-Four*.

[3] Orwell, G. (1989 [1949]), 1984, Penguin Books, pp. 37-38.

[4] The expression can be found frequently in the financial media. However, it is also used in academic literature. See, for instance, Curdia, V., Woodford, M. (2010), Conventional and Unconventional Monetary Policy, in: Federal Reserve of St. Louis Review, July/August, 92(4), pp. 229-264. It should be noted that in the latter article the authors do not provide any definition of what is actually meant by unconventional monetary policy.

A definition of sorts can be found in Bini Smaghi, L., Conventional and unconventional monetary policy, keynote lecture at the International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Geneva, 28 April 2009: "The unconventional tools include a broad range of measures aimed at easing financing conditions." However, such a definition basically includes all kinds of policy measures:

"Having this menu of possible measures at their disposal – which are not mutually exclusive ones – monetary policy-makers have to clearly define the intermediate objectives of their unconventional policies. These may range from providing additional central bank liquidity to banks to directly targeting liquidity shortages and credit spreads in certain market segments. The policy-makers then have to select measures that best suit those objectives".

[5] See, for instance, Bank for International Settlement, 80th Annual Report, 28 June 2010, p. 36.

[6] "Quantitative easing" is an increase in the base money supply, a monetary policy action taken if and when official interest rates have hit zero percent. The term was made public by the Bank of Japan, which adopted a policy of "quantitative easing" from March 2001 to March 2006. See, for instance, Ugai, H., Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses, Bank of Japan Working Paper Series, No. 06, July 2006.

[7] For instance, ECB president J.-C. Trichet said before the European Parliament's Economic and Monetary Affairs Committee on 21 June 2010,

As the aim of the programme is not to inject additional liquidity into the banking system, we fully neutralise the bond purchases by means of specific re-absorption operations. As a result, the prevailing level of liquidity and the money market rates are not affected by the programme. In other words, our monetary policy stance is not affected, and there are no inflationary risks related to this programme.

[8] "Ample liquidity" has become a widely-used term. See, for instance, Bank of France Bulletin Digest, No. 158, February 2007, pp. 1-2; also Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach, Bank of Japan Working Paper Series, No. 09, E6, December 2009.

[9] ECB press statement: "ECB decides on measures to address severe tensions in financial markets," 10 May 2010.

[10] Note that there is a reverse relationship between a bond price and the return on the bond: if the market interest rate rises (falls), the price of the bond declines (rises). So a minimum-price policy is essentially the same as a maximum-interest-rate policy.

ANEXO B – Texto traduzido

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro



por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, equivalente a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “[novilíngua](#)” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, *mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar.* [3]

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que representa uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.
2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a idéia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.
3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista. [6]
4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.
5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].
6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária).[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria:

intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado. [9]

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as conseqüências a médio e longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em conseqüências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar ao estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas conseqüências a médio e longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas – as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010:

Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.

[8] A ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

ANEXO C – Revisões - Revisor 1

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, equivalente a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “*novilíngua*” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance, [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e, ainda assim,¹ acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois tornar a esquecê-lo; e, acima de tudo,² aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir, conscientemente, a inconsciência e, então,³ tornar-se inconsciente do ato de hipnose que acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar. [3]

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que representa uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos

[H37] Comentário: Aqui se pode optar por deletar os parênteses: “Linguagem dupla ou *doublespeak*. Mas, não vejo problema no uso dos parênteses: do mesmo modo como a expressão (e o raciocínio), acima...entendo da seguinte maneira: a) o *itálico* é necessário por se tratar de termo estrangeiro; b) os parênteses servem para introduzir uma explicação, reforçar uma ideia, ou até mesmo pode representar um tipo de fala oculta...o autor talvez falando consigo mesmo, pensando alto...como no discurso indireto livre das narrativas.

[H38] Comentário: A vírgula, aqui, é pq considero que ocorre um aposto...e este vem spre entre vírgulas.

[H39] Comentário: Locução verbal: tornar a esquecer. O v. tornar é auxiliar, o v. esquecer é o principal, traduzindo-se: ‘esquecer algo novamente’, ou seja, o complemento verbal expresso aqui como objeto direto, por meio do pronome pes. do caso oblíquo ‘o’ diz respeito ao verbo ‘esquecer’ e não ao v. auxiliar ‘tornar’.

¹ E, ainda assim: questão apenas de estilo, buscando reforço de ideia, ênfase.

² Mesmo caso do n. 1

³ Idem. Destaque aos termos ‘conscientemente’ e ‘então’.

têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central, a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa **recordes**, ou a uma grande elevação na oferta de moeda,⁴ à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a ideia⁵ de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem **comum**.

3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível, para o grande público, desvendar o que tal política monetária realmente é – **uma** política de crescimento da oferta monetária, dinheiro criado do nada, a qual, por sua vez, é a mesma⁶ que uma política **inflacionista**. [6]

4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado para **abaixo** da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que, necessariamente,⁷ leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador,⁸ já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é, necessariamente, acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].

6. Referir-se à “ampla liquidez” como um fator que contribui para a “crise de crédito” tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda, por meio da expansão de crédito de circulação bancária.[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria:

[H40] Comentário: CONSIDERE: depende do contexto : é um texto de opinião? O autor quer se dirigir diretamente ao leitor, usando o pronome de tratamento da 3ª pes. VOCÊ? CONSIDERO que a resposta é sim. Em outros tipos de textos, mais formais, essa interlocução não seria admitida e daí se poderia usar a voz passiva sintética: **considerem-se os seguintes exemplos. (?)**

[H41] Comentário: OU: níveis recordes de baixa.

[H42] Comentário: Não vejo problema nos termos entre aspas. Poderiam ser dispensadas, talvez na opinião de revisores que poderiam ver ‘poluição’ no excesso de sinais visuais. Mas considero válidas pela intenção do reforço, da ênfase que o autor quer dar aos termos.

[H43] Comentário: Tb aqui não vejo problema no uso dos parênteses (vejo uma fala oculta), mas penso que a colocação entre vírgulas ‘despolui’ e continua dando destaque à ideia que o autor quer transmitir.

[H44] Comentário: Não vejo necessidade de se usar a expressão ‘ou seja’...o uso do travessão já serve para introduzir a explicação.

[H45] Comentário: Ver H7.

[H46] Comentário: Empurrar algo ‘em direção a algum lugar

⁴ Questão de estilo. Mas considero a ênfase, por meio da vírgula, até certo ponto necessária..

⁵ Novo Acordo Ortográfico.

⁶ uma política de crescimento da oferta monetária, dinheiro criado do nada, a qual, por sua vez, é a **mesma** que uma política inflacionista. Concordância com ‘política de crescimento...’, ‘a qual’.

⁷ Estilo.

⁸ “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador. Claro que a concordância de ‘enganador’ é com um termo oculto: ‘algo’, ‘procedimento’, por exemplo.

*intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada, na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários), para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária **apropriado**.* [9]

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes,⁹ quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

[H47] Comentário: O TERMO 'APROPRIADO' REFERE-SE A 'MECANISMO'; 'TRANSMISSÃO', OU "POLÍTICA MONETÁRIA"? DAÍ:

1- mecanismo **apropriado** de transmissão de política monetária;
2- mecanismo de transmissão **apropriada** de política monetária ;
3- mecanismo de transmissão de política monetária **apropriada**;
apropriado: próprio, adequado, conveniente.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – fazem com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências de médio e longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para se resistir às políticas **danosas**.

[H48] Comentário:

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em consequências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito,¹⁰ sem base em poupança alguma.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar ao estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

⁹ Questão de estilo, porém, com a ressalva de se tratar de frase extensa, entendendo-se a vírgula como pausa necessária, não obrigatória.

¹⁰ o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito,¹⁰ sem **(ter)** base em poupança alguma. Aqui considero importante o uso da vírgula, por se tratar de uma separação entre oração principal e oração sub. adverbial concessiva. Há um termo oculto antes da preposição: '**mesmo/embora** sem ter base, mesmo sem estar baseado/embora não estando baseado'. De acordo com a gramática normativa, costuma-se separar por vírgula as orações principais das orações subordinadas adverbiais concessivas. Ou outro argumento para a vírgula seria uma potencial ocorrência de ambiguidade: alguém mais desatento poderia inferir sobre a informação: 'Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de **crédito sem base** em poupança alguma'. A expressão em destaque poderia ser interpretada como: crédito sem embasamento, ou seja, 'sem base' funcionaria como uma locução adjetiva/adjunto adnominal.

Cedo ou tarde, a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do Estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

[H49] Comentário: Concorde com a opinião do Manual de Redação e Estilo do (jornal) O ESTADO DE SÃO PAULO: “Com inicial maiúscula, tanto para designar o poder oficial ou uma nação quanto as unidades em que se divide um país: O Estado tem o poder sobre os cidadãos./O Estado de São Paulo...”, etc.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde, caso seja informado de suas consequências de médio e longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas– as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou, até mesmo, atacar diretamente a escassez de liquidez e “spreads” de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “Quantitative easing” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política

[H50] Comentário: AS ASPAS DÃO DESTAQUE À PALAVRA ESTRANGEIRA QUE SERIA GRAFADA EM ITÁLICO, COMO DETERMINAM AS NORMAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO. COMO A CITAÇÃO ESTÁ EM ITÁLICO, NÃO HÁ COMO DISTINGUIR O TERMO ESTRANGEIRO. DAÍ A JUSTIFICATIVA DAS ASPAS.

monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público por intermédio do Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010:
Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.

[8] A ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: "BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros", 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente a mesma que uma política de taxa máxima de juros.

ANEXO D – Revisões - Revisor 2

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro
por Thorsten Polleit

[HMC51] Comentário: Como assim? A própria criação de dinheiro (e a própria política monetária, por extensão), é algo ruim, a ser evitado? (cf. o significado da palavra “eufemismo”, comentário n. 17).

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides [1], a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, equivalente a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados.

A “linguagem dupla” (*doublespeak*) — termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) — é uma forma notável de linguagem que expressa pensamentos confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “*novilíngua*” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance “1984”, publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, “*mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra ‘duplipensar’ era necessário usar o duplipensar.*” [3]

[HMC52] Comentário: Uma das possibilidades de revisão seria, simplesmente, observar o paralelismo em “de linguagem e de pensamento confusos”. Porém, acredito que o sentido do trecho fica mais bem explicitado da forma sugerida.

[HMC53] Comentário: A rigor, toda citação desse tamanho deveria ser recuada. Contudo, como o texto será publicado em um blog, isso deixa de ser obrigatório. Por outro lado, se a citação não for recuada, é necessário usar aspas para destacar o trecho citado do restante do texto.

[HMC54] Comentário: Creio que esta palavra não deveria ser destacada em itálico. A citação inteira está em itálico e esta é, justamente, a palavra que se deve destacar.

No final da citação, a palavra se repete. No entanto, creio que não é necessário destacá-la novamente.

Aliás, o uso do itálico para destacar uma citação é impróprio: deve-se reservar o itálico para destacar palavras em língua estrangeira ou para grifar pequenos trechos do texto. O destaque de citações deve ser feito, preferencialmente, por meio de aspas ou do parágrafo recuado. Contudo, como o texto será publicado em um blog, também não vejo problema em manter o itálico para conferir destaque à citação (ainda mais considerando o seu tamanho).

[HMC55] Comentário: O correto seria “tornar a esquecer-lo”. Contudo, isso está assim na tradução do livro citado e, por isso, mantenho assim.

Também não é o caso de “sicar”, porque o objetivo da citação não é evidenciar o erro neste trecho.

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não — um paliativo linguístico que representa uma distorção da verdade —, em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar

ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada “crise internacional dos mercados de crédito”, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. **Considerem-se** os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do **banco central** a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.

[HMC56] Comentário: Entendo que o autor pode usar a forma original para se dirigir ao leitor como quem conversa diretamente com uma pessoa. Contudo, creio que a forma revisada é mais adequada, por uma razão de coesão (conferir um ar de impessoalidade ao texto).

[HMC57] Comentário: Mantenho em caixa-baixa por não se tratar de nenhum banco central específico.

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção **a níveis recorde de baixa**, ou **a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de** uma recessão que se aproxima, transmitindo a ideia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.

[HMC58] Comentário: Melhor ainda seria: “em direção aos menores níveis já registrados”.

3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é — ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado **do nada**), **o que, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista** [6].

[HMC59] Comentário: Não seria melhor escrever: “que foi criado sem lastro em nada” ou “sem nenhum lastro”?

[HMC60] Comentário: Esta revisão visa evitar ambiguidade.

4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é uma expressão claramente enganadora, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos — independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado “do nada”) deterem esses saldos como “reserva legal” ou como, digamos, depósitos a prazo [7].

[HMC61] Comentário: Idem comentário n. 10

6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária) [8]. O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria: *“intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado.”* [9]

[HMC62] Comentário: Deve-se recuar a citação ou usar as aspas.

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro — ou seja, aqueles que cada vez mais são vistos como insolventes pelos investidores —, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são **enormemente** reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa — e seu resultado, um pensamento confuso — faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências, a médio e a longo prazo, das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

[HMC63] Comentário: Meio estranho este advérbio, não? Sugiro: “excessivamente reduzidas”. Que tal?

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em consequências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere-se o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

[HMC64] Comentário: Neste parágrafo, você se vale de afirmações que demandariam comprovação por meio de dados.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar — e **realmente** o faz — seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar ao Estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, como fornecedores do governo ou como destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

[HMC65] Comentário: Qual é a fonte desta afirmação?

Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do Estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

[HMC66] Comentário: O artigo começa mencionando o livro “1984” — em um contexto aparentemente sem relação com o tema principal. Faz isso para relacionar o “duplipensar”, característico do Estado totalitário imaginado por Orwell, ao eufemismo, uma figura de linguagem que não se vale da contradição essencial ao duplipensar orwelliano. O eufemismo é uma espécie de perífrase, em que ocorre a atenuação do significado, mas não o seu falseamento (o sentido é preservado, apenas o seu impacto é minorado).

Em seguida, o artigo analisa um suposto uso de eufemismos por parte de porta-vozes de órgãos governamentais. Assim, é como se atribuísse ao governo o totalitarismo do Estado orwelliano.

Finalmente, o artigo passa a atacar, abertamente, as políticas sociais do Estado (“saúde, educação e segurança pública”).

Esse discurso está longe de ser científico: trata-se de um discurso similar ao religioso (valendo-se de dogmas e sofismas) — este sim um discurso autoritário. Além disso, suas consequências são nefastas, vide a crise econômica em que o mundo está imerso desde o colapso do neoliberalismo.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas consequências a médio e a longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] As datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 a.C. (Nota do editor).

[HMC67] Comentário: Ou: (N. do E.)

[2] Note-se que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, “1984”.

[3] ORWELL, G. 1984. Tradução Wilson Velloso. 29. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[HMC68] Comentário: Prefiro negrito a itálico para destacar o título da obra porque o itálico é reservado para destacar palavras estrangeiras.

Assim, uma obra cujo título contém palavra estrangeira ficará: “O contrato de *leasing*”.

[HMC69] Comentário: Verifique se a edição é mesmo esta.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, CURDIA, V.; WOODFORD, M. Conventional and Unconventional Monetary Policy. **Federal Reserve of St. Louis Review**, v. 92, n. 4, p. 229-264, jul./ago. 2010. Deve-se notar que, nesse artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em BINI SMAGHI, L. **Conventional and Unconventional Monetary Policy**. In: CONFERÊNCIA PRINCIPAL NO INTERNATIONAL CENTER FOR MONETARY AND BANKING STUDIES (ICMB), 28 abr. 2009, Gênova [dados]: “*As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.*” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas: “*Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas — as quais não são mutuamente exclusivas — os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos*

[HMC70] Comentário: Faltam os seguintes dados para a referência completa: título do documento (anais, atas, tópico temático, etc.), local, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada.

[HMC71] Comentário: Se em todas as citações você usou itálico, deve usar nesta aqui também.

segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.”

[5] Veja, por exemplo, BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENT. **80º Relatório Anual**. [Cidade], 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing* de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, UGAI, H., Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses. **Série de Documentos do Banco do Japão**, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do Banco Central Europeu (BCE), Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: “*Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.*”

[HMC72] Comentário: Esta nota é, a rigor, a primeira vez no texto onde essa sigla aparece.

[HMC73] Comentário: Qual é a fonte da declaração? Precisa ser citada.

[8] A “ampla liquidez” tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, BANK OF FRANCE BULLETIN DIGEST, n. 158, fev. 2007, p. 1-2; e também HIROSE, Y.; OHYAMA, S.; TANIGUCHI, K.; Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach. **Série de Documentos do Banco do Japão**, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “*BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros*”, 10 de maio de 2010.

[HMC74] Comentário: Qual é a fonte da declaração? Precisa ser citada!

[10] Note-se que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

[HMC75] Comentário: Não seria melhor escrever: “e vice-versa”? Assim: “se a taxa de juros sobe, o preço cai, e vice-versa”. Creio que fica mais claro.

ANEXO E – Revisões - Revisor 3

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, equivalente a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “[novilíngua](#)” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith,

mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e, acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se [sic] inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar”, era necessário usar o duplipensar. [3]

[D76] Comentário: Aqui, o pronome "se" deveria ser atraído pelo advérbio "então". Como se trata da citação original de uma obra, vejo como única solução inserir "[sic]".

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que representa uma distorção da verdade – e, em muitos casos, empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a ideia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.

3. O termo *quantitative easing* faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista. [6]

[D77] Comentário: Recomendo não usar itálico e aspas numa mesma palavra/expressão. Trata-se de dois recursos de ênfase; portanto, apenas um deles é necessário e suficiente.

4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].

6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária).[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele *iria*

[D78] Comentário: Aqui, o uso do pronome indefinido “um” é supérfluo, já que a construção “de recente eufemismo” funciona perfeitamente sem a palavra.

intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado. [9]

[D79] Comentário: Havendo uma relação de continuidade/encaixe entre o texto do autor e a citação, recomendo evitar a pontuação.

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que

mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as consequências a médio e a longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

[D80] Comentário: procurar manter o paralelismo: "...A médio e A longo prazo..."

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em consequências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devida à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

[D81] Comentário: Embora frequentemente encarada como locução prepositiva (devido a), vale observar que, neste contexto, "devido" é participio/adjetivo. Não sendo a invariabilidade de "devido (a)" um ponto pacífico entre gramáticos, sugiro flexionar a palavra.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar ao Estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, seja como destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

[D82] Comentário: Gramáticos e dicionaristas prescrevem a grafia de "estado", no sentido de nação politicamente organizada, com inicial maiúscula.

[D83] Comentário: Evitar a mistura (correlação heterogênea) de conjunções "seja" e "ou", a fim de manter o paralelismo (CEGALLA, 2008; LUFT, 2010).

Cedo ou tarde, a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do Estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas consequências a médio e a longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas – as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] *Quantitative easing* é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[D84] Comentário: Embora palavra registrada no VOLP, “porcento” é forma mais consagrada em Portugal. Como no Brasil há atualmente o uso consolidado de “por cento” separado, sugiro esta forma, salvo melhor juízo.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: *Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.*

[8] “Ampla liquidez” tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan’s Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e o seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

[D85] Comentário: Questão de paralelismo.

ANEXO F – Revisões - Revisor-Tradutor 1

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa [é, portanto, equivalente] **equivale**, portanto, a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

[JN86] Comentário: Para manter a uniformidade com “provoca”

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo [era, na verdade, derivado] **derivou**, na verdade, dos termos “*novilíngua*” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), **[os quais]** que Orwell usou em seu romance [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, *mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, [sabendo-as] sabendo que eram contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois [torná-lo a esquecer] tornar a esquecê-lo; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar.* [3]

[JN87] Comentário: Se vc usa “era derivado”, parece que já não é. Portanto, “derivou”, pois o fato não mudou.

[JN88] Comentário: As pessoas estão se esquecendo do QUE e usando demasiadamente o O(A) QUAL / O(A)S QUAIS e O(A)S MESMO(A)S. Vê aí se você não está no mesmo caminho. Acho que QUE deixa o texto mais fluido, mas...

[JN89] Comentário: Parece muito formal para a linguagem geral dos textos e para o uso corrente do português brasileiro.

[JN90] Comentário: Pertence a ESQUECER e não a TORNAR (Go back to source text and check).

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, [o que] **que** representa uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

[JN91] Comentário: QUE mantém o flow do texto; O QUE trava o flow e dá a sensação que virá um verbo logo em seguida.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que [devotam] **dedicam** grande esforço para **propagandear** uma

[JN92] Comentário: Acredito que DEDICAM soa bem melhor que DEVOTAM. Vê aí.

[JN93] Comentário: Very creative!!!

variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a idéia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.

3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista. [6]

4. Falar [sobre] **de** uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de [inaugurar] **gerar** uma recuperação econômica.

[JN94] Comentário: Flow de novo e feeling. Não sei explicar. rs

[JN95] Comentário: GERAR é melhor opção, acredito, pois usamos INAUGUAR em contextos de festas/celebrações...

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador, já que um [crescimento] aumento no **estoque** de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como [**“reserva legal”**] [**“reservas excendatárias”**] ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].

[JN96] Comentário: Colocation de português: ESTOQUE normalmente co-ocorre com AUMENTO e não Crescimento.

[JN97] Comentário: Só conheço esse termo na área florestal

6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária).[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria:

intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado. [9]

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as conseqüências a médio e longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em conseqüências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os contribuintes estão preparados para entregar ao estado. Como resultado, [mais e mais pessoas tornam-se] **as pessoas estão cada vez mais** dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

[JN98] Comentário: Em bom português, essa é a estrutura natural. rrsr

Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental [alcança] alcançará, e até [ultrapassa] **ultrapassará**, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

[JN99] Comentário: Em português corrente, tem que ser futuro nesse caso. No other way out. kkk

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas conseqüências a médio e longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas– as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: *Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.*

[8] A ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

ANEXO G – Revisões - Revisor-Tradutor 2

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, **equivalente a** pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

[SSD100] Comentário:
EQUIVALE – mantém o paralelismo sintático neste trecho

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “[novilíngua](#)” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a **instrução supressiva** do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, *mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar.* [3]

[SSD101] Comentário:
INFLUÊNCIA OPRESSIVA – a obra se inspira no movimentos de opressão das décadas de 30 e 40. Opressão é elemento construtor do sistema político vigente.

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que **representa** uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

[SSD102] Comentário:
Pode ser omitido. O texto se refere a eufemismo de forma geral.

[SSD103] Comentário: Amount to pode se interpretado como algo que se soma a outra coisa. Nesse caso, utilizaria da seguinte forma: QUE CONTRIBUE PARA A DISTORÇÃO DA VERDADE

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.

[SSD104] Comentário: PODE SUGERIR UMA AÇÃO CORAJOSA E INOVADORA: might no texto original propõe uma sugestão por isso omitiria ALGO NA LINHA DE

2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a idéia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.

[SSD105] Comentário: Expressão mais formal do que a linguagem padrão do texto. Utilizaria DEVIDO À

3. O termo “quantitative easing” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista. [6]

[SSD106] Comentário: ‘see through’ pode significar COMPREENDER neste trecho. Minha sugestão: COMPREENDER DO QUE SE TRATA ESSA POLÍTICA MONETÁRIA

4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.

5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].

6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária).[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

[SSD107] Comentário: Para evitar repetição no parágrafo, substituiria este verbo por PODE ENCOBRIR

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria:

intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo deste programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado. [9]

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o banco central fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam

[SSD108] Comentário: PODE SR OMITIDO

prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as conseqüências a médio e longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

[SSD109] Comentário: Alteraria a ordem das palavras no texto original para evidenciar o uso de linguagem crecescente.

Minha sugestão: COM O USO CRESCENTE DE LANGUAGE, CONFUSA POR ESPECIALISTAS EM POLÍTICA MONETÁRIA,

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em conseqüências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

[SSD110] Comentário: O termo POUPANÇA não se aplica ao governo. RESERVA é um termo mais apropriado.

O verbo SUPPORT no texto original tem um efeito importante neste trecho. Minha sugestão de uso dele seria: SEM UMA RESERVA QUE PERMITA ESSA AÇÃO.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os contribuintes estão preparados para entregar ao estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

Cedo ou tarde a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas conseqüências a médio e longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

[SSD111] Comentário: Minha sugestão: DESSA FORMA, É POSSÍVEL QUE O PÚBLICO DISCORDE DE UMA POLÍTICA MONETÁRIA TCONHECIMENTO DE SUAS CONSEQUÊNCIAS A MÉDIO E LONGO PRAZO.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell,

1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas – as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: *Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.*

[8] A ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

ANEXO H – Revisões - Revisor-Tradutor 3

Segunda-feira, 11 de julho de 2011

Os muitos eufemismos para a criação de dinheiro

por Thorsten Polleit (originalmente publicado em [janeiro de 2011](#))

Linguagem confusa, pensamento confuso

De acordo com os ensinamentos do filósofo grego Parmênides, a linguagem ilustra o pensamento humano (e o raciocínio). Linguagem confusa é, portanto, equivalente a pensamento confuso; pensamento confuso, por sua vez, provoca ações não intencionais e resultados não desejados. [1]

“Linguagem dupla” (*doublespeak*) – um termo que ganhou destaque por meio do trabalho de Eric Blair (1903-1950), mais conhecido como [George Orwell](#) – é uma forma notável de linguagem e pensamento confusos. O termo era, na verdade, derivado dos termos “[novilíngua](#)” (*newspeak*) e “duplipensamento” (*doublethink*), os quais Orwell usou em seu romance [1984](#), publicado em 1949 [2]. Enquanto estava sob a instrução supressiva do Partido, a mente do protagonista, Winston Smith, *mergulhou no mundo labiríntico do duplipensar. Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da democracia e que o Partido era o guardião da democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Esta era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência e então tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” era necessário usar o duplipensar.* [3]

Um eufemismo é uma forma de linguagem dupla: é um artifício retórico às vezes utilizado intencionalmente e às vezes não – um paliativo linguístico, o que representa uma distorção da verdade – em muitos casos empregado para evitar uma ofensa às pessoas. Na vida real, eufemismos podem ser utilizados por alguns para tentar legitimar ações que vão contra o interesse de outros. Nesse sentido, eufemismos representam uma “manipulação da linguagem” e uma “manipulação por meio da linguagem”.

Eufemismos na esteira da crise de crédito

Desde a eclosão da chamada crise internacional dos mercados de crédito, eufemismos têm tido grande destaque. Isso é válido, em particular, para os especialistas em política monetária, que devotam grande esforço para propagandear uma variedade de medidas políticas como sendo de interesse do bem comum, uma vez que elas supostamente combateriam a crise de crédito. Considere os seguintes exemplos:

1. A expressão “política monetária não convencional” retrata a ação do banco central a partir de uma perspectiva bastante favorável [4]. O adjetivo “convencional” significa “hereditário” e “obsoleto”, enquanto “não convencional” pode sugerir algo na linha de uma ação “corajosa” e “inovadora”.
2. Usar a expressão “política monetária agressiva” funciona do mesmo modo [5]. Por exemplo, ela geralmente se refere a um corte drástico nas taxas de juros oficiais em direção a níveis de baixa recorde, ou a uma grande elevação na oferta de moeda à luz de uma recessão que se aproxima, transmitindo a idéia de que os formuladores de política tomam medidas “ousadas” e “corajosas” para o bem comum.
3. O termo “*quantitative easing*” faz com que seja muito mais difícil, até mesmo impossível (para o grande público), desvendar o que tal política monetária realmente é – ou seja, uma política de crescimento da oferta monetária (dinheiro criado do nada), a qual, por sua vez, é o mesmo que uma política inflacionista. [6]
4. Falar sobre uma “política monetária de juros baixos” escamoteia o fato de que a política monetária empurra a taxa de juros de mercado abaixo da taxa natural de juros (a taxa de preferência intertemporal da sociedade), o que necessariamente leva a maus investimentos, em vez de inaugurar uma recuperação econômica.
5. “Neutralização do aumento da base monetária” é claramente enganador, já que um crescimento no estoque de dinheiro não é e nunca poderá ser neutro. Ele é necessariamente acompanhado por efeitos redistributivos – independentemente de os receptores da injeção de dinheiro adicional (que foi criado do nada) deterem esses saldos como “reserva legal” ou na forma de, digamos, depósitos a prazo[7].
6. Referir-se à “ampla liquidez” (como um fator que contribui para a “crise de crédito”) tende a encobrir o fato de que os bancos centrais têm inflacionado a oferta de moeda (por meio da expansão de crédito de circulação bancária).[8] O termo “liquidez” tende a disfarçar o fato de que as condições monetárias desfavoráveis são um resultado da ação dos bancos centrais.

Um bom exemplo de um recente eufemismo no campo da política monetária foi o anúncio feito pelo Conselho Governamental do Banco Central Europeu (BCE), no dia 10 de maio de 2010, dizendo que ele iria:

intervir no mercado mobiliário da dívida pública e privada na zona do euro (Programa de Mercados Mobiliários) para assegurar profundidade e liquidez naqueles seguimentos de mercado que são disfuncionais. O objetivo desse programa é abordar o mau funcionamento do mercado mobiliário e restaurar um mecanismo de transmissão de política monetária apropriado. [9]

Tal política monetária pode ser vista como um subsídio aos preços dos títulos de alguns governos emitentes na zona do euro – ou seja, aqueles que são cada vez mais vistos como insolventes pelos investidores –, favorecendo, portanto, alguns emitentes (e investidores detentores desses títulos) à custa de outros.

Na prática, essa política será algo semelhante a uma política de preços mínimos para os títulos de alguns governos emitentes quando o **Banco Central** fizer compras que mantenham os preços de certos títulos acima daqueles que, de outra forma, teriam

prevalecido.

Linguagem confusa, resultados não desejados

Com os especialistas em política monetária fazendo uso crescente de linguagem confusa, as forças corretivas contra políticas monetárias perniciosas são enormemente reduzidas. Isso acontece porque uma linguagem confusa – e seu resultado, pensamento confuso – faz com que se torne cada vez mais difícil para o público entender as conseqüências a médio e a longo prazo das medidas adotadas; e tal entendimento é claramente necessário para resistir às políticas danosas.

O uso perpétuo de linguagem confusa pode resultar em conseqüências sociais que, na verdade, são desejadas por poucos. Considere o caso de uma progressiva expansão do governo. A razão pela qual o aparato estatal continua crescendo à custa do setor privado é, principalmente, devido à aquisição, por parte do governo, do controle total da produção de dinheiro. Detendo o monopólio da oferta de dinheiro, o governo pode elevar a oferta por meio da expansão de crédito sem base em poupança alguma.

Com a criação de dinheiro, o governo pode aumentar – e realmente o faz – seus gastos muito além do montante que os pagadores de impostos estão preparados para entregar ao estado. Como resultado, mais e mais pessoas tornam-se dependentes dos gastos do governo (algumas até de forma voluntária), seja como servidores públicos, fornecedores do governo, ou destinatários de pensões, saúde, educação e segurança pública.

Cedo ou tarde, a dependência da ajuda governamental alcança, e até ultrapassa, um nível crítico. Dessa forma, as pessoas verão uma política monetária de constantes aumentos na oferta de dinheiro como sendo mais favorável do que se o governo decretasse calote em suas dívidas, o que iria extinguir qualquer esperança de receber benefícios do estado no futuro. Em outras palavras, a política inflacionária, ou mesmo hiperinflacionária, será vista como a política do mal menor.

Graças à linguagem dupla dos especialistas em política monetária, a utilização de políticas monetárias que levam a uma alta inflação pode não ser percebida pelo grande público. A política monetária pode, portanto, ser desencadeada de forma que o público não concorde caso seja informado de suas conseqüências a médio e longo prazo.

Como resultado, há uma forte razão para temer que a confusa linguagem orwelliana e o pensamento confuso que ela produz pavimentem o caminho para a hiperinflação.

Thorsten Polleit é Professor Honorário da Escola de Finanças e Administração de Frankfurt.

Notas:

[1] Nota do Editor: as datas de nascimento e morte de Parmênides são objeto de debate. Ele provavelmente escreveu a maior parte de sua obra antes do ano 500 A.C.

[2] Note que o termo “linguagem dupla” não aparece em nenhum lugar na obra de Orwell, 1984.

[3] Orwell, G. 1984. Tradução de Wilson Velloso. São Paulo: Companhia Editora Nacional,

2005, p. 36-37.

[4] A expressão pode ser encontrada frequentemente na mídia financeira. De qualquer forma, ela também é utilizada na literatura acadêmica. Veja, por exemplo, Curdia, V., Woodford, M. (2010), *Conventional and Unconventional Monetary Policy*. In: Federal Reserve of St. Louis Review, jul./ago., 92(4), p. 229–264. Deve-se notar que, no último artigo, os autores não apresentam nenhuma definição do que realmente querem dizer com “política monetária não convencional”. Uma definição de tipos pode ser encontrada em Bini Smaghi, L., *Conventional and unconventional monetary policy*, conferência principal no International Center for Monetary and Banking Studies (ICMB), Gênova, 28 abr. 2009: “As ferramentas não convencionais incluem uma grande quantidade de medidas destinadas a facilitar as condições de financiamento.” No entanto, tal definição basicamente inclui todos os tipos de medidas políticas:

Tendo ao seu dispor essas opções de possíveis medidas políticas – as quais não são mutuamente exclusivas – os formuladores de política monetária têm que definir, de forma clara, os objetivos intermediários de suas políticas não convencionais. Estes podem variar desde o provimento de liquidez adicional do banco central aos bancos ou até mesmo atacar diretamente a escassez de liquidez e spreads de crédito em certos segmentos de mercado. Os formuladores de política, então, têm que selecionar as medidas que melhor se ajustam àqueles objetivos.

[5] Veja, por exemplo, *Bank for International Settlement*, 80º Relatório Anual, 28 jun. 2010, p. 36.

[6] “*Quantitative easing*” é um crescimento na oferta da base monetária, uma política monetária adotada no caso de a taxa de juros oficial atingir zero por cento. O termo se tornou público pelo Banco do Japão, que adotou a política de *quantitative easing*, de março de 2001 a março de 2006. Veja, por exemplo, Ugai, H., *Effects of the Quantitative Easing Policy: A Survey of Empirical Analyses*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 6, jul. 2006.

[7] Por exemplo, o presidente do BCE, Jean-Claude Trichet, disse antes do Comitê de Negócios Econômicos e Monetários do Parlamento Europeu, em 21 de junho de 2010: *Como o objetivo do programa não é injetar liquidez adicional no sistema bancário, nós neutralizamos completamente a aquisição de títulos por meio de operações específicas de reabsorção. Como resultado, o nível existente de liquidez e as taxas do mercado monetário não são afetados pelo programa. Em outras palavras, a nossa postura de política monetária não é afetada, e não há riscos inflacionários relacionados a esse programa.*

[8] A ampla liquidez tornou-se um termo muito usado. Veja, por exemplo, *Bank of France Bulletin Digest*, n. 158, fev. 2007, p. 1–2; e também Hirose, Y., Ohyama, S., Taniguchi, K., *Identifying the Effect of Bank of Japan's Liquidity Provision on the Year-End Premium: A Structural Approach*, Série de Documentos do Banco do Japão, n. 9, E6, dez. 2009.

[9] Declaração do BCE à imprensa: “BCE decide sobre as medidas para enfrentar graves tensões nos mercados financeiros”, 10 de maio de 2010.

[10] Note que há uma relação reversa entre o preço do título e seu retorno: se a taxa de juros de mercado sobe (cai), o preço do título cai (sobe). Então, uma política de preços mínimos é essencialmente o mesmo que uma política de taxa máxima de juros.

ANEXO I – Questionários**Revisor 1:****1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

- ☒ Graduação: Letras Neolatinas (Português-Francês).
- ☒ Especialização: Didática de Português (FAC. FARIAS BRITO), Bases Renovadoras do Ensino de Português -Linguística, Semântica e Redação – (PUC SP) e Psicopedagogia (UFU).
- ☐ Mestrado: NÃO
- ☐ Doutorado: NÃO

2- Qual é a sua idade?

- ☐ Entre 20 e 30 anos
- ☐ Entre 31 e 40 anos
- ☒ Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

- ☐ Empresa privada
- ☐ Órgão público
- ☒ Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com revisão de textos?

- ☐ Menos de 5 anos
- ☐ Entre 5 e 10 anos
- ☒ Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para revisar textos? Quais aspectos são priorizados?

Tenho por hábito revisar no mínimo duas vezes, visando a um trabalho de qualidade. Vejo o texto como um todo: tanto a parte gramatical, com as necessárias inserções, correções, como as questões referentes à semântica e à sintaxe. Quando há necessidade de reelaboração de frases, se a interferência não é muito grande, apenas assinalo com as ferramentas de revisão do word. Nos casos em que a interferência é maior, acrescento comentários, justificando o meu ato. Às vezes insiro apenas sugestões, oferecendo alternativas para o cliente, sobretudo quando percebo certas ambiguidades e não há como se ter certeza a respeito do que o autor quis expressar. Nesse caso, costumo também elaborar um relatório de dúvidas e encaminhar para o cliente, aguardando seu aval quanto a uma ou outra opção.

Costumo respeitar os autores, tanto no seu estilo quanto em questões mais específicas, como, por exemplo, o emprego de neologismos, que costuma ocorrer em determinadas áreas, tais como a do Direito, da Saúde, da Economia, etc.

Porém, uma questão relacionada ao estilo, que acho interessante acrescentar, até mais relevante do que o abuso de aspas, negritos, parênteses, itálicos – que, sem dúvida, acaba poluindo o texto, com raríssimas exceções – é, a meu ver, a profusão de ‘quês’ (pronome integrante ou relativo) e gerúndios, além do emprego de alguns verbos com regência duvidosa, como a do verbo ‘implicar’, tão enraizada e erroneamente difundida, atualmente. No caso particular do emprego de ‘que’, mesmo não ocorrendo ambiguidade, acabo interferindo no estilo do autor e substituindo por outras formas, tendo a certeza de que o cliente irá aceitar as alterações.

Outro detalhe que considero importante salientar é que não se pode abrir mão, jamais, da pesquisa. A experiência tem demonstrado que, às vezes, nos deparamos com

termos estranhos, desconhecidos, aparentemente inéditos e, ao pesquisar, acabamos por encontrá-los dicionarizados. Recentemente esse fato ocorreu em um dos textos que eu revisava. Lamento não me recordar, no momento, desse termo que me causou estranheza e que, ao pesquisar, foi encontrado.

Revisor 2:**1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

(x) Graduação: Direito (2000-2006) e Letras (2010, atual), na Universidade de São Paulo.

() Especialização:

() Mestrado:

() Doutorado:

2- Qual é a sua idade?

(x) Entre 20 e 30 anos

() Entre 31 e 40 anos

() Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

() Empresa privada

() Órgão público

(x) Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com revisão de textos?

() Menos de 5 anos

(x) Entre 5 e 10 anos

() Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para revisar textos? Quais aspectos são priorizados?

Antes da leitura do texto, procuro me familiarizar com a terminologia adotada pelo autor. Durante a revisão, leio o trabalho inteiro duas ou três vezes. Reviso a clareza e a correção do texto, observando a ortografia e a gramática da norma-padrão da Língua Portuguesa — ou da norma mais bem adequada. Verifico aspectos estilísticos relativos às convenções do gênero a que a obra pertence, harmonizando o estilo pessoal do autor às necessidades de coerência e de coesão textual. Por fim, faço a padronização do texto conforme as regras exigidas para a sua publicação. Após a revisão, procuro discutir sobre as alterações, até chegar à forma final do texto revisado. O trabalho que eu desenvolvo, na verdade, ultrapassa as competências do revisor. Assim, embora eu priorize a clareza, todos os textos que eu reviso são analisados quanto à sua correção, coerência, coesão e padronização.

Revisor 3:**1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

- (X) Graduação: Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.
- (X) Especialização: Pós-graduação lato sensu em Revisão de Texto (em andamento).
- () Mestrado:
- () Doutorado:

2- Qual é a sua idade?

- () Entre 20 e 30 anos
- (X) Entre 31 e 40 anos
- () Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

- () Empresa privada
- (X) Órgão público
- () Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com revisão de textos?

- (X) Menos de 5 anos
- () Entre 5 e 10 anos
- () Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para revisar textos? Quais aspectos são priorizados?

Primeiramente, inicio o trabalho com a verificação da ferramenta "Ortografia e Gramática" do Word (sem, no entanto, acatar incondicionalmente suas indicações de erro, contando apenas como ferramenta auxiliar) a fim de detectar os problemas mais grosseiros envolvendo principalmente a ortografia.

Em seguida, aciono a ferramenta "Controlar alterações" para marcar as alterações. Nos casos em que surgem dúvidas, consulto mais de uma obra de referência (se forem questões gramaticais) ou o próprio cliente/autor (se for alguma questão estilística, de padronização ou de uso próprio do meio de atuação do autor/cliente). Frequentemente, é possível dialogar com o cliente/autor durante o processo de revisão, a fim de tirar dúvidas ou combinar algum procedimento não relacionado às normas gramaticais.

Após toda uma revisão completa, inicio outra com o objetivo de detectar problemas que tenham passado despercebidos na primeira verificação.

Entre os aspectos que priorizo, estão: identificação do *gênero textual* (dependendo do tipo de texto, adoto critérios distintos para correção); adaptação à (nova) *ortografia*, já que a maioria dos clientes/autores ainda não domina o Novo Acordo Ortográfico; e aplicação de *padronizações*, porque os clientes/autores não costumam se preocupar com a padronização envolvendo usos de iniciais maiúsculas, de itálico, de aspas, de numerais etc. Trata-se de aspectos práticos, de fácil resolução.

Prefiro deixar os aspectos sintáticos e o copidesque (ou seja, a reescritura) para depois, porque envolvem uma atividade mais trabalhosa e (consequentemente) mais demorada.

Revisor-Tradutor 1:**1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

(x) Graduação: Bacharel em Letras-Tradução (Inglês & Francês).

() Especialização:

(x) Mestrado: Mestrando em Estudos da Tradução.

() Doutorado:

2- Qual é a sua idade?

(x) Entre 20 e 30 anos

() Entre 31 e 40 anos

() Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

(x) Empresa privada

() Órgão público

() Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com tradução de textos?

() Menos de 5 anos

(x) Entre 5 e 10 anos

() Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para traduzir textos? Quais aspectos são priorizados?

As estratégias incluem:

- a) leitura aprofundada do texto a ser traduzido de modo a evitar dúvidas e/ou ambiguidades;
- b) identificação dos termos, seguida de uma pesquisa terminológica adequada e formação de um léxico e/ou glossário;
- c) pesquisa e leitura de textos paralelos na língua de chegada, com o intuito de verificar os termos, expressões e fraseologias mais utilizados no tipo de texto específico, consultando sempre mais de uma fonte, dicionários e usando outras ferramentas disponíveis;
- d) elaboração do texto na língua de chegada;
- e) revisão cuidadosa, comparando os textos nas línguas de chegada e de partida; e
- f) leitura do texto traduzido (produto final) para verificar a sua fluência.

Revisor-Tradutor 2:**1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

(X) Graduação: Letras Tradução (Inglês) – Universidade de Brasília

() Especialização:

() Mestrado:

() Doutorado:

2- Qual é a sua idade?

(X) Entre 20 e 30 anos

() Entre 31 e 40 anos

() Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

(X) Empresa privada

() Órgão público

() Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com tradução de textos?

(X) Menos de 5 anos

() Entre 5 e 10 anos

() Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para traduzir textos? Quais aspectos são priorizados?

- Primeiramente, considero o público-alvo a que o texto se destina pois, a partir daí, delimito a escolha vocabular e lexical do trabalho.
- Pesquiso os termos específicos do texto original para não produzir traduções equivocadas e transmitir a mensagem erroneamente.
- Analiso a estrutura das frases no texto original e busco alternativas coerentes com as estruturas utilizadas na língua-alvo
- Quando em dúvida, checo a utilização da palavra em um dado contexto em sites de busca, tais como Google, Yahoo, MSN.
- Recorro a traduções do mesmo texto, caso existam, ou do mesmo termo para comparar e decidir o que utilizar.
- Consulto colegas de profissão quando em dúvida sobre quais termos utilizar. Consulto a opinião de leigos para avaliar quão natural a leitura do texto traduzido é.

Revisor-Tradutor 3:**1- Quais são o seu grau e a sua área de formação?**

☒ Graduação: Letras Tradução - inglês

☐ Especialização:

☐ Mestrado:

☐ Doutorado:

2- Qual é a sua idade?

☒ Entre 20 e 30 anos

☐ Entre 31 e 40 anos

☐ Mais de 40 anos

3- Onde trabalha atualmente?

☐ Empresa privada

☒ Órgão público

☐ Autônomo

4- Há quanto tempo trabalha com tradução de textos?

☒ Menos de 5 anos

☐ Entre 5 e 10 anos

☐ Mais de 10 anos

5- Que método ou estratégia você emprega para traduzir textos? Quais aspectos são priorizados?

Com o texto a ser traduzido em mãos, primeiro faço uma rápida leitura para ver do que se trata e depois procuro textos paralelos sobre o assunto abordado, para ter uma noção do tipo de linguagem utilizada, expressões e etc. Depois de ler os textos paralelos na língua de chegada, começo a tradução. A princípio, não fico presa a questões gramaticais ou até mesmo a fluidez do texto. O que é priorizado inicialmente é a tradução em si, como expressões desconhecidas. Desta forma, faço uma pesquisa tanto nos textos paralelos como em dicionários para obter um significado correto. Depois de a tradução ter sido feita, aí sim vou para a segunda parte, que não é menos importante: ver se o texto consegue ser compreendido pelo público alvo, ou seja, se é fluido, coerente. E finalmente, vejo a questão gramatical. Depois de ter feito tais procedimentos, deixo o texto “de molho” para depois fazer uma revisão, pois sempre passa algo batido. Esses são os procedimentos que utilizo para traduzir textos.

ANEXO J – Gráficos

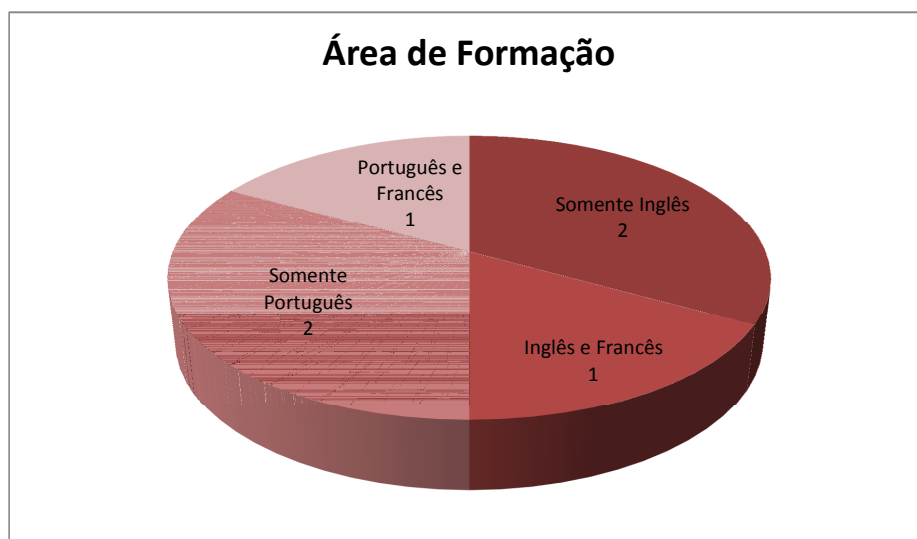


Gráfico 1 – Área de formação

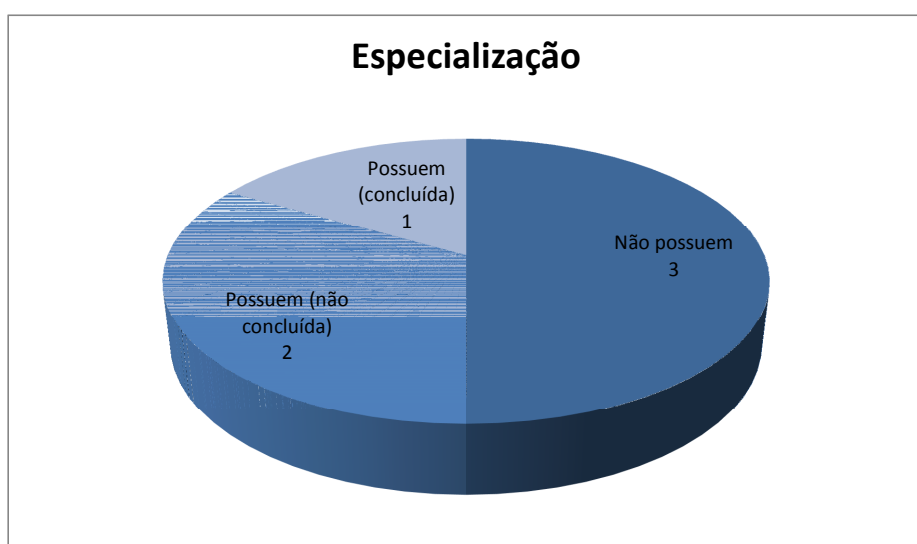


Gráfico 2 – Especialização

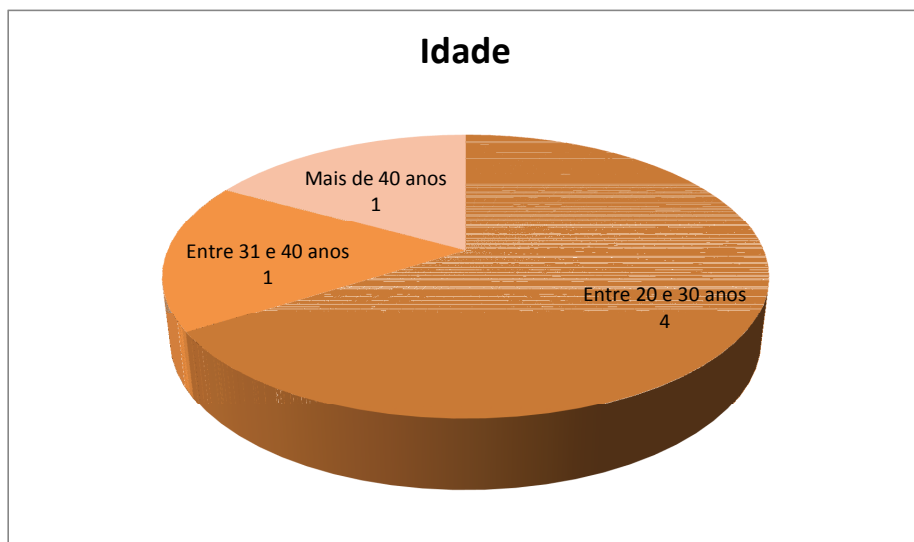


Gráfico 3 – Idade



Gráfico 4 – Tempo de atuação na área



Gráfico 5 – Local de trabalho

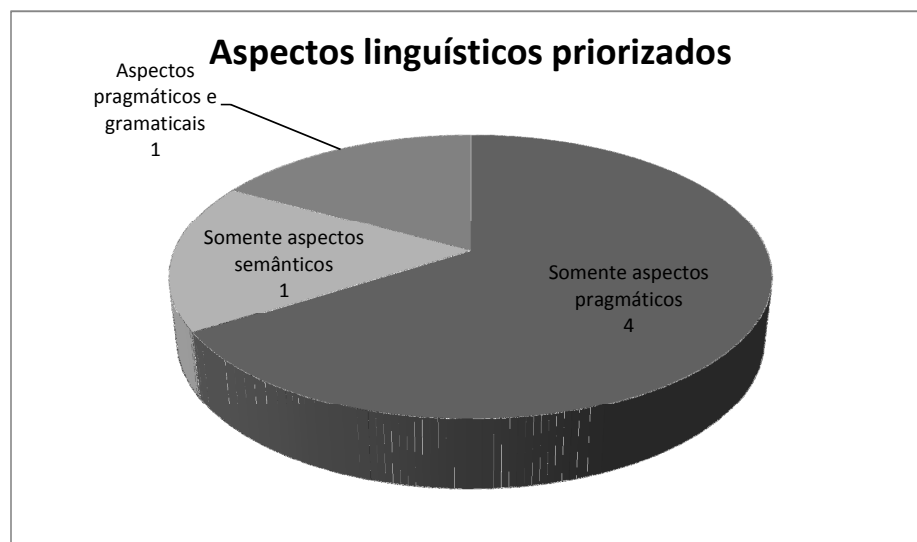


Gráfico 6 – Aspectos linguísticos priorizados